

# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores: BERTHOLDO KLINGER, PANTALEÃO PESSOA e MACIEL DA COSTA

N.º 86

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1920

Anno VIII

## ARTE EDITORIAL

7 de Setembro de 1922

**E**M Fevereiro e Março deste anno, numeros 79 e 80, abordavamos neste lugar o "7 de Setembro de 1922. No Exercito. Na Marinha".

E' natural que no numero deste mez fique novamente em foco a data do centenario da nossa independencia nacional; tanto mais que este anno a habitual azafama dos preparativos para a parada de 7 de Setembro, foi inegavelmente diminuta, apagado talvez o interesse pelo que deve ser reservado para a proxima formatura em homenagem ao rei visitante, a chegar em breve; tanto que faltam apenas 2 annos...

Dous annos, apenas, faltam para a comemoração do centenario do Ypiranga e nos parecer, como parecerá sem dúvida a todo observador que não seja mais profundamente informado do que a grande massa, que não existe a noção de quanto é curto, na melhor das hipóteses apenas estritamente suficiente, o prazo! Curto para ultimação de tudo quanto importaria realizar com sinceridade, isto é, solida e duravelmente, a de marcarmos militarmente aquella quereride patria por uma forma magna, atestando numa vasta e bella resta de mostra publica, o estado satis-

factorio do nosso apparelho da defesa nacional pelas armas.

«Tudo isso — escreviamos em Fevereiro, referindo-nos ao que é necessário no sentido indicado — parece muito para ser realizado em tão pouco tempo, mas tudo isso talvez seja pouco diante de um homem de resolução e vontade...»

Não vamos aqui reproduzir as sumarias considerações que já ali adduzimos, para justificar a importancia proeminente que no plano dos festejos officiaes deve assumir no Centenario o problema militar.

Mesmo porque seria *sangrar-se em saude*: ninguem concebe a ausencia da nota militar em tão alta celebração, todos espontaneamente, naturalmente antevêem, imaginam, cada um a seu modo, a contribuição imponente de massas de homens de farda, armados, a pé e a cavallo, o rodar das carretas da artilharia, o trôar dos canhões de terra e mar, o clangor das cornetas e clarins, vozes de comando, musicas e bandeiras.

Tudo está, porém, em que esta manifestação impressionante não seja mero foguetorio, que, acabada a pyrotechnia official, nada deixe senão a lembrança de algumas centenas de contos consumidas sem residuo e sem proveito...

Para um Governo sabio, para uma Administração esclarecida, a festa não é um fim, é um meio. O fim é intensificar o preparo da defesa nacional e dar uma prova do grão de exito alcan-

ado neste esforço. A festa é o meio de assegurar a predisposição da opinião pública em favor das despezas a realizar, projectando-as de maneira que permittam aquisições reaes, expressivas, efficienes; e é tambem um meio, uma oportunidade de prestar contas á Nação, exhibindo as provas palpaveis do bom emprego dos sacrificios a que ella deu assentimento.

A grande massa da população é geralmente avessa, em época de normalidade nas relações internacionaes, de tranquilidade interna, de um modo geral, no dizer da caserna — nas épocas *sem novidade*, avessa a tirar as conclusões que o puro raciocinio impõe inflexivelmente sobre a necessidade do preparo militar do paiz. Ela sempre tem esperança que a fatalidade da guerra não se produza, ou em todo caso que ella não virá assim tão subita; quando não houver mais outro jeito, então, á ultima hora, tudo se arranjará!

Um Governo forte não se deixa deter por essa aversão ambiente, por esse pseudo-antimilitarismo: faz, não obstante, forte pela razão, o que sabe que na matéria é seu dever de officio.

Um Governo prudente, seguro porém de orientação, espera uma oportunidade, ás vezes vai ao ponto de crial-a.

Não ha como um caso concreto, maximé o perigo imminente, para esclarecer todos os pensamentos, ainda os dos mais casmurros pacifistas; então, todas as despezas, todos os sacrificios são consentidos. Ha, porém, sem se chegar a essa extrema concretisação, occasiões propicias a uma melhor intelligencia generalizada do problema militar.

O Governo passado teve semelhante occasião, com a entrada nominal do Brasil na guerra. Deixou-a passar sem tirar o conveniente partido. Jamais a historia lhe apagará esta culpa de lesa-patriotismo.

O Governo actual tem equivalente es-  
ejo com o Centenario da Independencia. Ha toda a esperança de que elle saherá methodicamente utilizal-o.

Ahi está o ultimo relatorio do Sr. Ministro da Guerra, em que se vê oficialmente esposada a doutrina domestica de estado, unica verdadeira, a que a Historia ensina: «Em politica internacional, o valor das nações não reside tanto na missão que hajam de cumprir ou no ideal que propugnam, como na capacidade moral e material que possuam para realizar sua missão ou corporificarem seu ideal. Ninguem respeita nem procura a alliance dos fracos. Para defender um conceito superior da Vida e da Civilização, cumpre ser forte. A força consciente e generosa é um polo de atracção.»

Sem exprimir mais nitidamente a nossa «impaciencia das realizações» — que não é só nossa — aqui ficamos. Reportando-nos ao que aventamos para as demonstrações militares do Centenario — 10 de Fevereiro ultimo — como lá reparamos:

«Esta prova militar é bem modesta e talvez já encontre no espirito dos chefes e do Governo um projecto mais grandioso.» Oxalá!

### Tenente Aliatar Martins

Em meio do raid Rio-Buenos Ayres, no qual collaborava, pereceu, vítima de um accidente ainda inexplicado, o 2º tenente Aliatar Martins. Não era ele piloto diplomado; para fazer o raid teve permissão official de seguir como passageiro.

E' uma verdade, porém, que o malogrado camarada sonhava com a organização da 5.a arma em nosso Exercito e se dispunha, para isso, a todos os sacrificios que o seu physico comportava.

Como derradeira prova da sua dedicação ao successo da aviação entre os — deu sua vida. Seu nome fica inscrito entre os daqueles que passam pela existencia com um ideal util á collectividade.

## Coronel Magalhães Bastos

«A Defesa Nacional», reflectindo o per-  
íodo com que o Exército viu desapar-  
ecer o íntegro coronel Antonio Leite  
Magalhães Bastos, registra em suas pa-  
ginas o justo e elevado conceito que esse  
distinto oficial soube grangear nos seus  
anos de serviço.

Como académico foi um modelo. Fei-  
to moral perfeitamente definido, intel-  
ligencia brilhante, bondade e modestia,  
têm as qualidades que evidenciou e  
em as quais iniciou sua vida de offi-  
cial.

No exercício da profissão, quer como  
engenheiro, quer como soldado, confir-  
mou inteiramente o julgamento da Es-  
cola. Exerceu escrupulosamente todas as  
comissões que lhe foram confiadas, foi  
um auxiliar leal e prestimoso, deu ao  
Exército toda a sua inteligencia, toda a  
sua saúde, toda a sua capacidade de tra-  
balho, que era extraordinaria. Era des-  
se homens raros que vivem dominados  
do dever, que polarisam a confiança  
nos seus superiores, camaradas e subor-  
dinados, que não sabem roubar um in-  
stante à sua fé e ao seu devotamento  
profissional.

Entre outros serviços, foi ele um dos  
principais elementos na construção da  
Vila Militar, onde por alguns camaradas  
veio a ser cognominado «Dicciona-  
rio da Comissão». Ahi teve occasião  
de receber um grande elogio pelo seu  
valor tecnico, pois a fábrica que for-  
neceu todo o vigationamento metálico para  
a construção da Villa manifestou admira-  
ção pelos seus cálculos e projectos —  
nada havia a modificar.

Teve justo destaque no Gabinete da  
Administração do Sr. Marechal Caetano  
Faria; em seguida, num curto prazo,  
foi assinalados traços de sua pas-  
agem na D. A., e, ultimamente com-  
mandando o 1.º Batalhão, era uma das  
maiores esperanças da nossa nascente  
carreira de engenharia.

Um pouco tempo, Magalhães Bastos  
seguiu com sua inexcedível modestia,  
pedir que seu nome passasse do am-  
pla lista militar em que servia. Isto co-  
nsta para que lembremos suas quali-  
dades, recordemos que sua morte foi uma  
sensível para o Exército e a Pátria.

## A Retirada da Laguna e Antonio João

Os alunos da Escola Militar tomaram para  
si o encargo de perpetuar em monumento a  
mais brilhante página de nossa história militar — A retirada da Laguna — e um dos mais ni-  
tidos exemplos de abnegação e de sentimento do  
dever militar — o feito do herói de Dourados, tenente Antonio João Ribeiro.

Até aqui estranhamos que um povo capaz de  
taes acções se despreocupasse d'ellas ao ponto  
de quasi esquecer-as. O tempo na sua ilimitada  
sabedoria, parece, porém, ter guardado o exa-  
me e a perpetuação condigna de tão elevados  
feitos para uma época em que elles pudessem  
ser mais bem comprehendidos e admirados.

A idéa da Escola Militar é um symptom do  
seu progresso. >

Tudo leva a crer que em 1922 os nossos cade-  
tes possam commemorar sincera e consciente-  
mente essas epopéias militares de 1864 e 1867.

Não resta duvida que a Escola Militar for-  
mulou assim um dos mais significativos pro-  
jectos para collaborar nas festas do primeiro  
centenario da nossa vida política-independente.

Com certeza o Exército assim ha de con-  
siderar e para a realização da bella idéa em-  
prestará seu apoio material e moral, mostrando-se  
digno da tradição que se procura cultivar.

A Comissão Central que tem como presidente de honra o Sr. Coronel Eduardo Monteiro de Barros, e presidente efectivo o tenente Pedro Cordolino F. de Azevedo, funcionará na Escola Militar — Realengo — Rio — e pre-  
cisa inicialmente dos retratos do valoroso Antonio João Ribeiro, do Coronel Camisão, do Tenente Coronel Juvencio, Visconde de Tau-  
nay e do abnegado guia Lopes.

Para poder effectuar a trasladação dos restos  
mortais desses gloriosos brasileiros que deve-  
rão ser encerrados na base do monumento, a  
comissão pede a permissão de seus descendentes  
mais próximos.

Nesse sentido esperamos a colaboração dos re-  
presentantes d'A Defesa Nacional.

No mais felicitamos a E. M. pela brillante ini-  
ciativa e lhe auguramos o mais completo exito.

## Montepio Militar

Continuando os esclarecimentos que prestamos  
(n.º 85 — pag. 17) respeito ao projecto do  
Sr. Senador Pires Ferreira — relativo ao mon-  
tepio militar — chamamos a atenção dos nos-  
sos leitores para as correções feitas na segun-  
da publicação, inserta no Diário do Congresso,  
de 31 de Agosto — n.º 100.

Questão de vital importância para os militares, requer atenção e colaboração para que se possa chegar a um resultado satisfatório.

A propósito, recebemos a seguinte carta:

«Consta-me que autoridade de destaque na directoria do Club Militar, sem ouvir os interessados, teve uma reunião com dois deputados e um senador e firmou o infeliz alvitre de fundir o montepio civil com o militar!»

Parece que, sendo assumpto de relevante importância para o Exército, somente em assembléa geral poderia ser resolvido.

Nestas condições espero que impugneis sentenhante medida, de todo ponto de vista contraria aos nossos interesses.

O montepio civil é uma instituição fallida e não pôde deixar de ser, porque os seus contribuintes, começam a carreira, geralmente, com idade a vançada, não succedendo o mesmo com o montepio militar para o qual contribuímos desde a promoção a 2.º tenente (em média 20 annos). Além disso haverá dificuldades administrativas em uma instituição composta de elementos heterogêneos.

Parece que o projecto Pires Ferreira, publicado com rectificações no Diário do Congresso de 31 de Agosto, resolve plenamente o problema com razoaveis vantagens para o Exército e para o Thesouro. Pensar de outro modo é afastar o problema desse caminho que lhe foi traçado após meticoloso estudo, é preferir a acção da vaidade, substituir um trabalho idoneo por palavreados sem fundamento, embora com prejuizo dos seus próprios interesses.

A autonomia do montepio militar e as pensões estabelecidas pela tabella da Lei Pires Ferreira são pontos fundamentaes e inalienaveis numa reforma.

Certos de que pugnamos pelos interesses geraes no Exército, pedimos á «A Defesa Nacional» que tome a si esta importante causa.»

Esta carta serve de base para um estudo do problema.

Surjam os contestadores e façam-se luz em torno do interessante assumpto.

## A nova Escola Militar Seus effeitos na tropa

Escrevem-nos do Rio Grande do Sul:

Presado Capitão.

Esta devia ser longa — relatorio dos exames de recrutas. No entanto, está sendo escripta num intervallo de trabalho.

Estou aproveitando as férias do pessoal para escripturação de fardamento...

Terminamos sabbado os exames do 1.º periodo; fomos felizes nos resultados obtidos. Não deixei entrar em exame um homem pelo aproveitamento nullo que teve.

Além deste foram considerados retardatarios 9 homens, por não terem sido aprovados em um dos pontos de exame.

Tres reprovados nos pontos 2 e 5 (tres em cada ponto) e quatro no ponto 6. Como se vê são pontos de instrução geral — a mais diffi-

cil instrução quanto á apprehensão pelo nosso recruta.

E' tambem, pela natureza do assumpto, de difícil transmissão em exame por um homem culto ignorante de um lado ou por um que não sabe traduzir ainda para o portuguez (lingua que elle ignora não por culpa sua) o que difficilmente conseguiu guardar. Esta instrução geral, é minha opinião, deve ser diminuída no 1.º periodo e continuada no 2.º, para todos, nos pontos que se tirar do 1.º, os mais transcedentes para a classe de homens que se recebe na da. Por informações, o que se passa é o seguinte: ou o soldado sae doutro nestes condenamentos, cuja instrução prejudica ás outras por tirar-lhes o tempo, onde os instructores fazem em vez de instrução, conferencias, sobre os pontos mais bonitos, e conhece o recruta mal a sua função de artilheiro, de conductor, de signaleiro, etc., ou os resultados de exame vão além da expectativa em todos os pontos e naturalmente aparecem uns 9 pouco capazes de dizer de cor em exame o que a muito custo vos seguiriam pegar.

Sou contra o R. I. S. G. em permitir que se reprove gente em assumpto que pôde ser continuado sem prejuizo, sendo o reprovado um habil conductor, um magnifico artilheiro, um já especialista signaleiro.

Sou contra elle tambem por permitir ou não especificar que o cdte. do Grupo ou Regimento, etc., reprove um homem, que não saiu bem num ponto de exame, sem ouvir sobre seu aproveitamento e applicação o commandante de bateria, etc.

Nos exames de equitação, signaleiros, artilleria, escola a pé armada e desarmada fomos malos bem.

Na critica feita pelo general apôs o exame de artilharia, que durou 3<sup>1/2</sup> horas, elle saiu tou que «parece que os senhores todos se combinaram em seguir a mesma marcha na instrucção» que o que elle viu aqui, já havia visto no <sup>1.º</sup> e no <sup>2.º</sup> corpos da Brigada.

Certamente o que o Sr. General queria dizer aos que o ouviriam, era que o resultado de uma boa orientação está se fazendo sentir por seu effeitos na tropa. A orientação a que elle se havia de referir é naturalmente a dada à instrucção na Escola Militar.

Não sei do resultado das outras armas; é de prever que seja o mesmo.

Parabens pois aos iniciadores deste movimento revolucionario na Escola Militar — os instructores de 1918 e seus auxiliares. Pela nossa situação é que avaliamos a dos nossos antecessores: saíram da Escola com base apenas para começarem a estudar; faziam-se na tropa. Hoje, chegamos mesmo a afirmar que uma certa cosa se faz assim porque assim o fazímos na Escola; nem se consulta antes o regulamento, porque o ensino da E. M. é o dos regulamentos do exercito!

Parabens da mesma forma aos officiaes cooperadores da ardua lucta pela orientação dado aos nossos estudos na Escola, onde nos eram militares as suas idéas e os seus trabalhos sobre as armas, e dada aos nossos esforços na tru-

aplicação dos seus regulamentos, coherentes com a doutrina aprendida.  
Estão d'ados desta forma os parabens à nossa Defesa Nacional.

O cam.º e ador.

*Nota.* — Parabens, não esqueçamos, aos que permitiram a sucessiva transformação da Escola Militar no sentido de fazê-la empenhar com efficiencia a sua missão geral e unica de fornecer á tropa officiaes de guerra.

Parabens aos instructores e auxiliares de instrutores que pela sua competencia profissional pelos seus exemplos e exigencias de educadores, pela sua impavidez diante das resistências e ataques iniciais tão brillantemente demonstraram a excellencia da nova orientação.  
Parabens aos professores e adjuntos que, uns e outros menos, promptamente se enfileiram na marcha.

Parabens aos alunos que logo patentearam a visão clara do novo horizonte, um notorio, um bello equilibrio moral e uma quasi invicta resistencia physica para a brusca mudança de rumo e elevação da intensidade dos trabalhos praticos militares.

Mal hajam todos quantos no prosseguimento da grande obra encetada na Escola Militar sem as necessarias qualidades de competencia, applicação e gosto pela vida, não obstante ali entupam lugar!

Klinger.

## O caso da Bahia

O incidente ha pouco ocorrido entre a guarda federal e os academicos da Bahia caracteriza-se hoje a celeruma por elle levantada como uma tempestade num copo dagua e que teve dolorosa vantagem de nos patentear quanto ainda existe de ignorancia e de má vontade em matéria de defesa nacional, mesmo entre aquela nossa gente que, pelas apparencias, faz jus ao conceito de possuir um mediano esclarecimento.

Sobre este caso publicou o «Jornal do Commercio» um comunicado official que abaixo transcrevemos:

E' do seguinte teor o officio que o Sr. General Aché, Commandante da 5.ª Região Militar, Bahia, enviou ao Sr. Ministro da Guerra, dando o incidente academico alli havido e formando sobre a sua solução:

«Sr. Ministro. Pelo estudo cuidadoso dos documentos officiaes existentes no archivio desta região, cujas copias vos enviei o meu antecessor, pelo inquerito procedido pelo pessoal da Faculdade de Direito, pelas testemunhas por mim ouvidas e pela conferencia que tive com os rectores das Escolas de Medicina, Polytechnic e de Direito, se deduz clara e desapaixonadamente o seguinte:

1º — Foi a guarda da Delegacia Fiscal, e obrigatoriamente passa em frente á Escola Polytechnic, vaiada por duas vezes, havendo protesto energico por parte de um dos inferiores, mandante da guarda.

2º — Que varios estudantes, discordando de tal proceder de seus collegas, procuraram o Sr. Dr. Governador para lhe expressarem a sua desaprovação a esse acto, sendo-lhes aconselhado se dirigissem ao Quartel General, afim de ser dada a necessaria satisfação ao Comandante da Região, o que elles fizeram, retirando-se satisfeitos pelo acolhimento que lhes foi feito. (Declaração do Sr. Dr. Governador e de meu successor).

3º — Que os alumnos da Escola de Direito vairam a musica do 19º Batalhão de Caçadores-Bres, quando por lá passava (dias 13 e 22 de Maio).

4º — Que o mestre da banda, desrespeitado e insultado, na segunda vez que tal facto se deu, comunicou a occurrence ao seu batalhão, pelo telephone, sendo enviada uma força comandada por um official, afim de desvencilhar a banda de musica. (Documentos enviados).

5º — Que o official, ao chegar com a força, tomou as embocaduras das ruas, procurando entender-se com qualquer autoridade da Escola de Direito. (Inquerito da Faculdade e declarações outras).

6º — Que o ingresso no Jardim da Faculdade de Direito e depois no edificio foi vedado ao official pelos estudantes com exhibição ostensiva de armas e com insultos e obscenidades, tentando um aggredir ad mesmo official, sendo repelido com um empurrão, tendo o official lançado mão do seu revolver e entrado com suas duas ordenanças no edificio da Faculdade. (Delegado de polícia, testemunha de visu de todo o ocorrido na Faculdade).

7º — Que ahi procurou o official com quem se entender, não lhe sendo ministrada nenhuma informação, proseguindo elle o seu caminho ter a uma aula que funcionava; explicando o official o seu ingresso alli, lavrou o professor o protesto na caderneta da aula. (Inquerito da Faculdade).

8º — Que o director da Faculdade, ao tentar entrar no edificio, foi obstado por uma sentinella; declarando, porém, a sua qualidade, foi-lhe franqueado o ingresso. (Depoimentos diversos e declarações do Director).

9º — Que um lente encontrando o official de revolver na mão e armadas as duas ordenanças, pediu que fossem embainhadas as armas, no que foi imediatamente atendido. (Inquerito da Faculdade, declaração do Director e do 1.º Delegado).

10º — Que depois que o official se entendeu com o Director, recolheu a força ao Quartel, sem outro incidente.

11º — Que o estudante que a imprensa apresentou como tendo sido barbaramente espancado por força do Exercito, era um estudante ebrio habitual, que ao retirar-se de uma festa estava em tal estado que caiu na sargata em frente á sua casa, ferindo-se no rosto e na cabeça; e que, quando em condições de raciocinar, dirigiu uma petição ao Sr. Delegado pedindo o encerramento do inquerito a que então se procedia e o necessário sigillo sobre elle. (Documentos enviados pela Policia).

12º — Que a imprensa indígena desde esse momento redobrou em insultos, os mais baixos á guarnição e até mesmo ao Exercito. (Collecção de artigos).

13.º — Que convidei os Directores das Escolas de Direito, de Medicina e Polytechnica para uma conferencia no Quartel-General a 18 do corrente e ahí expliquei a pequena importancia do facto em sua origem, tornado, porém, de vulto, pela exploração da imprensa e politicagem, estando prompto a tudo fazer com o fim de encerrar definitivamente o incidente.

14.º — Que o Director da Faculdade de Direito propôz como unica solução a transferencia do official para fóra desta guarnição. Demonstre-lhe com facilidade o inconveniente que havia nesse proceder, pois o arranhão que sofreriam o official e a guarnição seria por tal forma envenenado pela politica e imprensa, que se tornaria uma ferida de pessimo caráter.

Com isso concordou o Director, aceitando o alvitre por mim proposto de esposar eu os principios manifestados pelo meu antecessor em seu officio dirigido ao Sr. Arcebispo desta diocese e fornecendo todas as explicações verbais necessarias.

Foi a seguinte declaração por mim feita do proprio punho e assignada: «Declaro esposar os sentimentos expendidos por meu antecessor no presente documento e que verbalmente dei ao Sr. Director da Faculdade de Direito da Bahia as explicações necessarias, demonstrando não ter havido intenção de magoar ou offendere a qualquer classe ou gremiação.»

Com isto se declarou satisfeito o Director da Faculdade de Direito, retirando-se.

Os directores das diversas escolas me declararam que estariam satisfeitos e de acordo, desde que o da de Direito assim se declarasse, pois eram solidarios e tinham-lhe dado seu apoio moral.

Pelo que acima fica, vê-se que o incidente foi encerrado e terminado definitivamente.

Como até esta data não tenha recebido a confirmação oficial do acordo entre nós estabelecido, declaro ser a «politiquice» a unica responável pelo possível revivimento de tal questão.

Eis ahí, Sr. Ministro, a synthese do que apurei e fiz em beneficio da normalização da vida academica nesta capital.

Quanto à guarnição federal, que foi a primeira vítima das vaias e das aggressões da imprensa, deu aos factos a importancia que realmente elles mereciam e não pediu desagravo, continuando a sua vida normal, mesmo sob os mais torpes insultos certo de que o Governo e a parte sa da nação lhe fariam justiça.»

## Notas sobre Historia Militar do Brasil

### (Continuação)

Quasi todos os tamoyos foram anniquilados e os tupinambás que escaparam fugiram para o norte, guiados pelo chefe *Japayassú*, atravessando a vastidão dos sertões desde o Rio de Janeiro até a margem meridional do Amazonas, na sua confluencia com o Madeira, estabelecendo-se desde ahí até a embocadura do grande rio. Ficaram desse modo os portuguezes senhores de toda a costa meridional do Brasil, descansando das antigas erupções dos gentios.

A divisão do Brasil em 2 governos não deu resultado, durando apenas 4 annos. Os proprios

governadores fizeram sentir ao rei D. Sebastião os inconvenientes da dualidade, de modo que o rei resolveu unificar novamente o governo, entregando-o ao conselheiro Luiz de Brito e Almeida em 1557.

Em 1577 foi nomeado governador geral Diogo Lourenço da Veiga, que tomou posse do cargo a 1 de Janeiro de 1578.

D. Sebastião morreu na terrível batalha de Alcacer-Quibir, na Africa, a 4 de Agosto de 1578, perdendo consigo a elite da nobreza portuguesa.

Portugal passou então para o domínio da Hespanha, onde reinava Felipe II, que foi reconhecido pelo Brasil em 1581.

Passando para o domínio hespanhol, o Brasil foi vítima dos odios existentes contra essa monarchia, sendo invadido pelos hollandezes na Bahia e Pernambuco.

### Os ingleses no Brasil

Aproveitando-se da época desastrosa para os portuguezes do domínio hespanhol (1580-1640) e dos naturaes embargos em que se via o governo geral do Brasil para attender ás operações contra os franceses e os indigenas, os ingleses fundaram um estabelecimento na Paraíba do Sul, ahí conseguindo permanecer durante 5 annos, até que o governador do Rio de Janeiro dali os expulsou, depois de um combate energico.

Outras tentativas de ocupação, entretanto, ainda fizeram os ingleses, primeiramente na Bahia, onde aportaram em varios navios mercantes, depois em Santos, em 1583, a bordo do navio *Minion*; em seguida a expedição comandada por Feyton, que se bateu com dois navios hespanhóis em Santos; e, finalmente, o filibusteiro Roberto Withrington, que atacou a Bahia sendo, porém, rechassado pelos indios (1587).

Mas nem assim desanimaram os ingleses, que pouco depois renovaram as tentativas.

Assim foi que apareceu a expedição de Cavendish e Cook (1591) contra Santos e S. Vicente e dahi contra o Espírito Santo, onde os portuguezes e indios a rechassaram energicamente.

Em seguida, a expedição de Lancaster e Le Noyer contra Recife, em 1595, onde conseguiram desembarcar forças, ocupar a cidade, fortificá-lo istmo com uma palissada de 9 pés de altura, erigir um forte com os materiais encontrados na villa e armá-lo com 5 peças de artilharia.

Contra elles, porém, os portuguezes levaram a effeito varios ataques, lançando mão de sortidas felizes, até que conseguiram expulsá-los de vez, obrigando-os a se retirarem, muito embora levando os seus navios carregados de despojos.

Dahi por deante, as tentativas inglesas cesaram, naturalmente porque a atenção delles moveu-se para o extremo norte, a Guyana, a procura do lendário reino do *El-Dorado*.

### Considerações

As frequentes tentativas dos ingleses, bem como dos franceses e hollandezes contra o Brasil, parece fóra de duvida que eram a resultado do grande principio do — *livre commercio contra o monopolio*.

ocupação do território não era o fim, mas o meio de que se serviam para conseguem a posse dos mercados e a fonte de projectados lucros.

Um rei francês disséra com grande espírito nunca lido a verba testamentária em que Adão deu o mundo aos espanhóis e portugueses, que é certo, porém, é que essas frequentes lutas de ocupação do território concorreram que os colonizadores portugueses, auxiliados pelo governo da metrópole, cuidassem da organização defensiva dos pontos importantes do litoral do Brasil e puzessem em ação uma organização militar apparelhada os recursos compatíveis com a época.

### Exclusão dos franceses do Maranhão

Desde 1594 que os franceses se haviam estabelecido no Maranhão, ainda no governo de Francisco de Souza, sendo Jacques Riffault e Carlos de Vaux os primeiros que aí fundaram estabelecimentos.

Em o objectivo de angariar auxílios para consolidar sua ocupação, Jacques Riffault viu para a França, onde logo se formou uma companhia por Daniel de la Touche, senhor de Revardière, Emilio Rassilly e Carlos Harley. Revardière seguiu para o Maranhão em 1614, com uma esquadilha, e, levando consigo os de Vaux e 4 franciscanos, deu princípio à fundação da povoação de São Luiz, nomeado como homenagem a Luiz XIII. Spar de Souza, então governador, enviou Pernambuco uma expedição contra os franceses, cabendo o comando dessa expedição a Jerônimo de Albuquerque.

Entretanto, no desempenho de sua missão, seguiu eleitamente para o norte, à procura de auxiliares, encontrando-se na fortaleza do Grande do Norte com o sargento-mor Diogo Campos, que viera da Europa com alguns navios e que também havia sido nomeado para comandar a expedição.

Segundo a Preá, depois de penosa viagem, portugueses levantaram um forte em Guajuba, dando-lhe o nome de Santa Maria. Os franceses atacaram esse ponto a 19 de Outubro de 1614, sendo derrotados por Jerônimo de Albuquerque, que, com essa vitória, marcou o inicio da retirada dos franceses. Segundo diz J. F. Lisboa em seus «Apontamentos para a história do Maranhão», as forças francesas se compunham de 7 navios de bordo, 46 grandes canhões, 400 soldados e 2 000 índios, ao passo que Albuquerque dispunha de 500 homens de guerra, 300 portugueses e pernambucanos e 200 auxiliares.

Informa díz Southey, levou Diogo de Venâncio as primeiras trincheiras francesas, os franceses descendo do outeiro, mas com tanta imprecisão que foram logo atacados pelos dois navios por Fragoso, com seus tapuyas, e por Jerônimo de Albuquerque.

Os franceses retrocederam para suas fortificações no outeiro, aproveitando-se Diogo desse para incendiar imediatamente as canhões, haviam sido puxadas para a terra, e avançaram em seguida contra as fortificações, onde os franceses foram completamente desbaratados.

La Revardière, confiando em suas tropas de terra, não cuidava de socorrer-as a tempo, e, quando desejou fazê-lo, não mais lhe foi possível, porque a baixa-mar não mais permitiu que suas lanchas se aproximasse da praia.

Os franceses ficaram assim completamente derrotados, recolhendo-se a bordo de suas embarcações, após deixarem 115 mortos, entre os quais o comandante Pesieux (ou Lescieu, como consignam alguns compêndios), e 9 prisioneiros.

Depois desse combate, os belligerantes assinaram, a 27 de Novembro de 1614, um armistício, documento firmado pelo sargento-mor Diogo de Campos e capitão Matheus Maillart e que ficaria dependendo da confirmação por parte das respectivas metrópoles.

Antes, porém, de exgotado o prazo estabelecido, Jerônimo de Albuquerque, que recebera reforços, atacou os franceses novamente, obrigando La Revardière a assinar o compromisso de retirar-se no prazo de 5 meses, sendo indemnizado do que deixasse na ilha e obrigado a entregar imediatamente o forte de Itapary ou São José.

Entretanto, antes de expirar o novo prazo concedido por Albuquerque, chegou Alexandre de Moura, governador geral da Armada e Conquista do Maranhão, com uma esquadilha de 7 navios grandes, 1 caravellão e 1 caravela, trazendo 900 homens de desembarque. Mais graduado do que Jerônimo de Albuquerque, Alexandre de Moura avocou a si a questão e impôz, a 3 de Novembro de 1615, a saída imediata dos franceses, que apenas poderiam levar os bens possíveis de serem transportados consigo.

Em seguida, foi mudado provisoriamente para S. Filipe o nome do forte S. Luiz, e Jerônimo de Albuquerque tomou o sobrenome de Maranhão, vindo a falecer a 11 de Fevereiro de 1618.

### Considerações

A descrição do combate entre portugueses e franceses no Maranhão não nos permite uma idéia perfeita do modo pelo qual foi elle conduzido.

Os compêndios consultados, referindo-se a elle de forma passageira e até mesmo controversa, seria impossível restabelecer a verdade de modo completo e mediante o qual se pudesse apreciar as diferentes fases das operações militares.

Parece-nos, entretanto, que os franceses cometeram o erro de se estabelecerem sem ligação, conservando uma parte das forças a bordo e outra em fortificações mal arranjadas na montanha, onde os recursos lhes escasseavam.

O resultado foi poderem os portugueses, auxiliados pela baixa-mar, derrotar a fracção adversária que se estabeleceu em terra e que, nem sequer, soubera tirar partido do terreno, deixando-se ainda envolver pelos dois flancos quando correu a atacar os portugueses.

Parece ainda que a tomada do adversário pelos dois flancos não foi operação premeditada pelos portugueses, mas producto do simples acaso, se bem que elles soubessem com sagacidade aproveitar-se desse acaso, incendiando ainda as embarcações imprudentemente deixadas pelos franceses no litoral.

Entretanto, resultou desse combate a expulsão dos franceses do Maranhão, que, afinal, era o objectivo a realizar pelos portugueses.

### 1.ª invasão hollandeza

O facto de haver passado Portugal para o domínio da Espanha deu em resultado ficarem suas colônias à mercé das hostilidades da Holanda que vivia em luta com aquelle paiz. Holanda, que vivia em luta com aquelle paiz, de prosperidade quanto á sua marinha e ao seu commercio, e aos seus filhos não faltava ousadia para as grandes emprezas, de modo que não foi difícil a formação, a 3 de Junho de 1621, da poderosa Companhia das Indias Occidentaes, á qual foi conferido o direito de comerciar e conquistar as terras novamente descobertas na America, bem como o de levantar tropas, etc., a exemplo do que se dava com uma outra companhia, chamada das Indias Orientaes, que desde 1602 operava na Asia, com grande prejuízo da Espanha.

Como compensação, o governo hollandez impôz á companhia a obrigação de ceder-lhe, em caso de guerra, 16 grandes navios, 4 yachts e outros recursos.

A direcção da companhia foi confiada a um conselho de 19 membros (chamado Conselho dos XIX), sendo 8 pela Câmara de Amsterdam, 4 pela Zelandia, 2 pela de Rotterdam, 2 pelo distrito do Norte, 2 pelo paiz e cidade de Groningue e o 19º nomeado pelos Estados Geraes.

Depois de varias excursões sem importâcia, foi designado o Brasil, e principalmente a cidade do Salvador, para ponto da invasão.

Para a realização dessa empreza, foi preparada uma esquadra de 33 navios e 3 yachts, com 500 peças de artilharia, 1.600 marinheiros e 1.700 homens de desembarque, sendo nomeados: Jacob Willekens, almirante; Pieter Pieterszoon Heyn, vice-almirante; coronel Johan van Dorth, comandante das tropas e futuro governador das terras que se conquistassem.

O governo hespanhol foi avisado da organização dessa expedição, mas deixou-se ficar inativo, de modo que a expedição partiu desembocadamente em princípios de 1624, a 8 de Maio ancorando na baía de Todos os Santos, a 9 leguas de terra.

O navio em que viajava Johan Dorth se havia separado da esquadra na altura de Cabo Verde, devido ás correntes oceanicas, só conseguindo chegar ao seu destino no dia 11.

Diogo de Mendonça Furtado, governador geral da Bahia, auxiliado pelo bispo D. Marcos Teixeira, ao ter notícia da organização da expedição, preparara elementos de defesa, mobilizando mesmo grande numero de colonos; mas, a expedição demorando a aparecer, esses elementos se foram dispersando.

O proprio bispo D. Marcos, levado por sentimentos caritativos, influiu para que os colonos regressassem aos seus labores no interior, abandonando a defesa da cidade, onde apenas se conservou um reduzido numero de soldados.

Nessas condições, puderam os hollandezes, a 9 de Maio de 1624, atacar a cidade, bombardeando-a.

A pequena guarnição resistiu, conseguindo desbarcar o primeiro navio hollandez que se apresentou e cujo capitão foi morto no combate.

O almirante Heyn mandou tripular 3 lanchas, com 20 soldados cada uma, dando-lhes ordem de atacar os 15 navios portugueses ancorados no porto, sendo aprisionados 8 delles e incendiados os restantes.

Segundo alguns historiadores, foram os proprios portugueses que incendiaram os navios, depois de telos abandonados.

Avançando em seguida contra a cidade, os hollandezes tomaram o forte de São Marcello e do Mar, guarnecido por mais de 300 homens, após haverem arrojadamente escalado as muralhas.

Em quanto isso, o major Albert Schouten, com 1.200 soldados e 240 marinheiros, tomava o forte de Santo Antonio, após haver desembarcado no Pontal e derrotado Antonio de Mendonça, filho do governador, apesar de sua grande bravura.

Ocupando a cidade no dia 10, os hollandezes aprisionaram o governador geral, que, aliás, procurou resistir heroicamente.

Johan Dorth chegou ao porto no dia imediato, tomando posse do governo em nome da Holanda e concitando o povo á paz e ao retorno ás suas ocupações.

Diogo Furtado foi enviado preso para a Holanda, onde só foi solto a 23 de Novembro de 1626.

Julgando firmado o domínio hollandez na Bahia, os chefes da expedição começaram a desparsar-se por divisões.

Entretanto, mal as forças da esquadra holandeza abandonaram a Bahia, iniciára-se a organização da resistência.

A Mathias de Albuquerque, governador de Pernambuco, cabia por lei suceder a Diogo Furtado no governo da Bahia; mas, achando-se elle em Pernambuco, foi eleito o ouvidor geral Antão de Mesquita e Oliveira, tempo depois deposto por influencia do bispo D. Marcos Teixeira, ávido de assumir o governo, que conseguiu, desenvolvendo desde logo grande actividade.

Foi, porém, infeliz esse bispo, porque morreu depois falecendo.

Lourenço Cavalcanti e Antonio Cardoso de Barros, que haviam sido encarregados pelo bispo de dirigir a resistência, sitiaram a cidade, não deixando penetrar, e sendo em breve retorados por Francisco Nunes Marinho, enviado de Pernambuco por Mathias de Albuquerque.

Iniciaram-se, então, as sortidas e emboscadas de parte a parte, sendo Johan van Dorth morto em combate corpo a corpo pelo capitão Francisco Padilha em uma emboscada, a 17 de Junho de 1624.

Igual sorte coube a Albert Schouten, a 3 de Setembro, sucedendo-lhe no commando o irmão Willem Schouten, homem sem moralidade para o commando das tropas, que, realmente em pouco cahiram na maxima indisciplina.

O conde-duque de Olivares resolviu-se, afim a agir, e confiou o commando de uma esquadra a D. Fradique de Toledo Osorio, marquês de Valdueza, com o fim de restaurar o domínio hespanhol na Bahia.

essa esquadra se compunha de 52 navios de guerra, além dos transportes, e as forças expedicionárias orçavam em 12.563 homens, entre os de desembarque e tripulações.

contingente português, sob o commando chefe de D. Manoel de Menezes, compunha-se de 23 navios redondos e 4 caravelas, com 30 homens.

Francisco de Almeida era o almirante da frota e o sargento-mor Antônio Muniz Barreto commandante das tropas de desembarque. Esquadra espanhola, sob as ordens de D. Francisco Fajardo, dispunha de 31 galeões e 3 os menores, com perto de 8.000 homens de desembarque.

Nas de zarpar da Europa a grande expedição, seguiu o pernambucano D. Francisco de Britto, com o título de Capitão-mor do Recôncavo, levando 3 caravelas, duas das quais comandadas por Jerônimo Serrão de Paiva e o seu o Pereira de Vargas, conhecedores do país. Desembarcando em Pernambuco, D. Francisco de Britto seguiu por terra, assumindo o comando das forças de Francisco N. Marinho a 2 de Dezembro.

A grande expedição chegou à Bahia em 29 de Março de 1625, bloqueando logo o porto, se achava a frota holandesa, composta de 50 navios, completando-se o cerco da cidade com tropas desembarcadas.

Segundo diz o visconde de Porto Seguro, muito distinguiu na condução e disposição das tropas de sitio o sargento-mor napolitano Giacomo Vicenzo de Sanfelice, posteriormente conde Bagnuolo, que notáveis serviços prestou nas operações contra os invasores holandeses em Pernambuco.

Os holandeses haviam fortificado a cidade segundo com os preceitos da engenharia militar. Entretanto, abandonaram os fortes de Serrat e Água do Menino, concentrando suas forças para a luta.

Willem Schouten foi demitido do comando holandês, sendo substituído por Hans Kiff.

O novo commandante deu-lhe a restaurar a disciplina nas tropas. Entretanto, conseguia ainda sustentar vários combates durante dias, capitulando, afinal, a 30 de Abril com 919 homens que lhe restavam.

Os vencedores permitiram sua saída da Bahia levando apenas as roupas e objectos de gêneros para 41/2 meses e as armas necessárias para sua defesa. Dias depois chegava a esquadra holandesa de 34 navios, comandada pelo almirante Bondervig Hendrikszon, que se retirou para o norte, pois que já era demasiado tarde para agir com eficiência. Contra essa esquadra, D. Fradique nada fez, deixando-a retroceder à vontade.

\* \* \*

As divisões holandesas que abandonaram a Bahia após sua ocupação, continuaram invadir outros portos, na esperança de novas vitórias.

Assim é que Pieter Heyn, com 4 navios e 1.000 homens de desembarque, foi atacar, em 20 de Junho de 1625, a capitania do Espírito Santo, que foi derrotado por Salvador Corrêa de Sá, havia partido do Rio de Janeiro em socorro da capitania.

Esse mesmo almirante Heyn ainda regressou à Bahia no ano de 1627, à frente de 8 navios grandes e 4 hiatas, tomando posição com seus navios entre as duas baterias fluctuantes de que os portugueses lançaram mão para auxiliarem a defesa da cidade, aumentada, aliás, de 42 canhões pelo então governador Diogo de Oliveira.

Travando encarniçado combate, o almirante saiu vencedor, sendo, porém, ferido.

Pouco depois, em nova ação e no mesmo litoral, os holandeses mataram o capitão Francisco Padilha, que defendia a posição de Petitinga.

Entretanto, essas vitórias holandesas de nada valeram, pois que Heyn retirou-se da Bahia, atacando e derrotando em viagem a esquadra espanhola do México e apprehendendo riquezas que de sobrejo compensaram as perdas anteriormente sofridas pela Companhia das Índias Ocidentais.

Ainda nesse mesmo ano de 1627 os portugueses tiveram de desalojar Corneliz Jol da ilha de Fernando de Noronha, que elle havia ocupado e principiara a colonizar.

### Considerações

A invasão holandesa, obedecendo a um plano mais maduramente architectado, constituiu para o Brasil um perigo muito maior do que a invasão dos franceses.

Entretanto, talvez mesmo pela maior gravidade do perigo, o zelo da população, que delineava a nacionalidade futura, despertou-se com maior energia, as lutas se travando com um encarniçamento mais accentuado.

A organização da expedição holandesa demonstrou o firme propósito de uma ação decisiva e segura no Continente Sul-Americano, mas na escolha dos chefes a Holanda não foi de todo feliz.

A prova tivemos-a no abandono prematuro da posição conquistada, que, entregue à pequena guarnição ali deixada, não pôde resistir à reacção que se produziu e que deveria ser esperada.

Quanto ao governo espanhol, é indesculpável o abandono em que deixou a Bahia, sabendo, como sabia, com tanta antecedencia dos projectos e preparativos holandeses.

Por sua vez, Diogo Furtado, governador da Bahia, descuidou-se um tanto da defesa da cidade, deixando o bispo D. Marcos empolgar o espírito dos colonos e levar-los à dispersão em um momento tão grave.

Entretanto, a resistência logo depois organizada e a bravura com que foi levado a termo o sitio da Bahia demonstraram claramente que as conquistas realizadas apenas pela força material são sempre de duração ephemera.

Não fôr a inacção imperdoável de D. Fradique de Toledo, deixando que se retirasse em paz a esquadra do almirante Hendrikszon, quando dispunha de elementos para hostilisá-la, e mais brillante teria sido a vitória alcançada contra os holandeses, realçando-se as glórias lusitanas.

*Errata.* — A pag. 400 do n.º 84, 2.º coluna, linha 63, depois da palavra *habitavam* — leia-se: *Posteriormente chamou-se dos Sete Engenhos, e afinal do Governador.*

(Continua)

Capitão Nilo Val

## A verdade sobre o sorteio

Algumas pessoas que leram o meu artigo do n.º 84, sob o título supra, comunicando-me as suas impressões, julgaram o mesmo algum tanto obscuro em certos trechos.

Acredito que sim. Mas é de ver que em certos artigos é preciso também ler nas entrelinhas.

Nem sempre a verdade pode ser dita em linguagem nua e crua, sem rodeios e sem rebuços.

Fallando sobre generalidades, a minha preocupação constante foi dizer a verdade sem offendrer melindres pessoas.

Mas, como diz o velho dictado, para um bom entendedor meia palavra basta.

No fracasso do sorteio militar ha muita coisa ainda a estudar — *á luz da verdade*. Não me julgo, porém, na altura de vir a publico esmiuçar essas questões porque tenho medo que me appliquem o distico latino:

*Nec sutor ultra crepidam...*

Mesmo porque agora me faltam a saúde e o tempo, duas coisas indispensaveis a quem escreve.

Não quero, porém, terminar sem fazer as duas seguintes perguntas:

1.a — Porque no primeiro anno de sorteio (pelo menos aqui em S. Paulo) a apresentação foi a melhor possível, ao passo que diminuiu no 2.º e mais ainda no 3.º?

2.a — Porque diminuiu o entusiasmo na mocidade pelo serviço militar, tanto assim que desapareceu do voluntariado a mocidade de certa posição?

São estas e outras as questões de que se devem preocupar os nossos homens de governo.

E' preciso estudar os nossos problemas militares de acordo com as nossas necessidades e de acordo com o nosso meio. Intelligença, capacidade e aspirações patrióticas não nos faltam.

O que nos tem faltado é alguém que estude devéras as nossas necessidades, sem olhar a compadrescos e arranjos domesticos.

Deem ao Exercito tudo o que elle precisa; movimentem os corpos em exercícios e manobras; reformem com criterio a nossa engrenagem administrativa por meio de leis claras e simples e, não levará muito tempo, teremos uma defesa de terra bem organizada.

Em quanto, porém, as altas autoridades militares ou civis não conhecem — *de visu* — os corpos e as suas prementes necessidades, não é possível pensar em um exercito efficiente que nos possa prestar os serviços que delle se devem esperar.

E' preciso que afinal se chegue a comprehender que o Brasil não é só o Rio de Janeiro.

Dr. Braz Bicudo de Almeida

Medico civil

Itú, 14-8-1920.

## Pela saúde do Exercito

E' de praxe ensinar-se que o soldado se deve habituar a todas as espécies de alimento, a fim de nunca sofrer as consequencias de um jejum. Mas, para que isto se observe, é necessário que o mesmo tenha mais ou menos perfeito o seu apparelho digestivo, com especialdade a sua porção inicial — a boca — porque desta depende a facilidade da digestão e, por conseguinte, a normaldade da nutrição — a mais elementar e essencial á vida — em torno da qual gravitam todas as outras funcções do organismo.

Em geral o nosso militar tem os dentes deteriorados, dando assim um fraco coficiente de mastigação, facto este que além de embarrigar a elaboração da saliva, cujo papel, como se sabe, é importantissimo na formação do bolo alimentar, traz muitos outros disturbios e sérios malefícios no tocante á nutrição do individuo. Demais, disto são notadas lesões outras de ordem local, como sejam as suppurações das raízes dentárias, as pulpites, os abscessos, as artrites, as fluxões e as nevralgias, etc., mas que, imperiosamente, perturbam os actos physiologicos mais rudimentares da digestão, reflectindo ainda sobre todos os outros orgãos e apparelhos da economia.

Inutil seria salientar aqui com descrições minuciosas todos os morbos que irrompem através da cavidade bucal bastando lembrar nestas linhas as palavras de Von Belcher: — «A boca é a grande porta de entrada para o organismo; noventa por cento de todas as molestias que atacam a humanidade surdem no organismo, por intermedio da boca, levadas pelos alimentos, pelas bebidas, pelo ar que se respira, etc.» Pormeira que a boca, sendo no estado

ordinario um meio septico, cuja virulenta microbiana tende sempre a exaltar-se, deve ser tratada com cuidados meticulous de hygiene, afóra outros especiais para a immediata regularisacão dos trabalhos de mastigação e insalivação.

A deficiencia do quadro de dentistas do Exercito tem trazido alguns embarracos ao serviço sanitario regimental. Com a incorporação annual de elevado numero de conscriptos, que vem do interior, raro é o dia em que se não apresentem ás visitas medicas das unidades numerosas praças que procuram o medico queixando-se de males da bocca. Por sua vez, e conforme o caso, o medico recorre á Polyclinica Militar no sentido de se fazer o necessario tratamento, facilmente não se pôde contar com a efficacia deste, em virtude do accumulo de serviço dado aos profissionaes, nem pelos officiaes e suas familias, como das praças dos diferentes corpos da legião. Disto redunda prejuizo para a saúde e instrucao da tropa.

Não ha negar a importancia consideravel, já positivamente demonstrada pela hygiene moderna, que se deve ligar aos cuidados da bocca e dos dentes. Pode-se dizer que até aqui, entre nós, pouco se tem cuidado desta questão e, nos exercitos, as dispensas dos exercícios dia-nos dimanadas pelas lesões dentarias, alias justificadissimas, attingem a uma taxa elevada.

O medico militar é obrigado a ter certos conhecimentos technicos indispensaveis para zelar pela prophylaxia de tais molestias dos jovens soldados; porém, por melhor vontade que se possua, nada conseguirá em face de certos casos que somente o especialista poderá sanar. As dificuldades tais o restabelecimento e consequente ampliação do quadro de dentistas é uma necessidade imprescindivel (\*).

Em todos os exercitos estrangeiros o serviço de estomatología tem sido encarado com certo destaque pela sua importancia consideravel. E na ultima guerra mundial cuidou-se carinhosamente desta organisação sanitaria, com installações magnificas de hospitaes, gabinetes e laboratorios destinados aos tratamentos das lesões dentarias e prothese maxillofacies.

Não devemos pensar da exclusiva utilidade do serviço odontologico militar

durante a guerra. E' elle indispensavel, valioso e conveniente tambem durante a paz, principalmente agora que vemos em pleno progresso a lei do sorteio militar. E é de nossa obrigaçao envidar todos os esforços na applicação de meios beneficos no intuito de melhorar e cuidar da saúde daquelles que vêm, em obediencia á lei, com sacrificio de tudo e de seu sangue, cumprir o dever de defender a ordem e a dignidade da Patria.

<sup>1º</sup> Tenente medico M. C. Góes Monteiro

(\*) *N. da R.* — A grande alegria que nos dá a interessante collaboração do distinto camarada Dr. Góes Monteiro não diminui ante a nossa radical e profundamente arraigada dissidencia, a respeito dessa pequena mas pertinaz corrente que trabalha no sentido de fazer o Governo reviver o inconvenientissimo quadro de dentistas, em tão boa hora extinto.

Nossa decidida aversão por esse quadro pôde-se synthetizar neste pensamento que emprestamos do fecho de um interessante artigo do nosso distinto colaborador Major Dr. A. Alves Cerqueira, escrito no n.º 67, pagina 247, Abril de 1919: «Ter um quadro de dentistas adstricto exclusivamente á pequena area de sua especialidade, num exercito ao qual muita causa ainda falta, affigura-se-me, se não uma excrescencia, ao menos um luxo superfluo que não estamos nas condições de sustentar.»

A amostra que temos do remanescente quadro de dentistas tenentes e capitães não pôde encorajar os que amam esse pobre exercito tão explorado, tão ludibriado, a perseverar em semelhante solução do problema, evidentemente relevante, tão bem descripto pelo Dr. Góes Monteiro. Não sendo só na Capital Federal, em Niteroy e S. Paulo que se precisaria de cuidar dos dentes de nossos patrícios que vem desfilar pela caserna, não haveria, por assim dizer, quadro bastante grande para realmente atender ao fim a que seria destinado. «Os soldados passam pouco tempo na caserna, não é ahí que elles vão adquirir males de dentes.» (*Da N. da R.* posta no citado artigo do Dr. Alves Cerqueira). O problema não compete ao exercito: seria uma solução, incontestavelmente, porém a mais cara, a mais impolitica de todas. Impolitica na accepção positiva, governamental, de eficiencia nacional. E importaria, se não nas intenções, certamente nos resultados, em cuidar o exercito realmente dos dentes de dentistas e não nos dos soldados.

A parte largamente principal do problema é attendido pelo cumprimento conscientioso das disposições do R. I. S. G. sobre o ensino da hygiene da bocca, atribuido aos medicos militares dos corpos, e na falta delles aos proprios officiaes combatentes, ensino a sancionar pela incessante e rigorosa fiscalização da observancia dos preceitos ministrados (R. I. S. G., pag. 121).

Nos casos mais communs de sofrimentos de dentes nenhum medico militar se recusará de dar com carinho os conselhos cabíveis e nos mais graves, que demandem a intervenção do especialista nenhum cdte, de corpo que se prezé

de o ser verdadeiramente vacillar em fazer pagar pelo cofre a despesa necessaria, tão licitamente como o cofre compra outros medicamentos e como paga, ás vezes, banquetes por occasião de exames de instrução.

Por outro lado: «os officiares podem pagar dentista». (E continuamos a baurir da mesma nota.)

Finalmente quanto ao argumento da especialização e ampliação dos soccorros dentísticos aos militares na guerra, não consta que o queixo do soldado offereça, na paz, mais vasto teatro de aprendisagem especializada, que o do civil...

Em summa: o quadro de dentistas pôde evidentemente ser improvisado na guerra e só para a guerra.

## Regulamento de Paradas. Posse de Comandos.

**Sumário:** A) Apreciação preliminar  
B) Esboço de projecto.

II (\*)

B) :

### a) PARADA

515. A parada é uma formatura de gala destinada a solennizar os grandes dias da pátria, ou algum acontecimento que o governo julgue digno dessa homenagem.

Consiste numa revista, á qual se segue, em geral, um desfile. (519, § 3º).

### L REVISTA

516. Nas formações para revista e no desfile, o alinhamento e o contacto fazem-se pela direita.

Todas as filas das columnas se cobrem, mantendo, na linha destas, o alinhamento das testas.

### FORMAÇÕES PARA REVISTA (EM PARADA, FIG. 10)

517. A companhia forma em linha, com os pelotões na ordem de seus números, a partir da direita.

Nas formaturas de parada, ao lado de unidades maiores, as pequenas unidades isoladas adoptarão, tanto quanto possível, a formação das quais.

O batalhão forma em linha, em linha de columnas de pelotões e em columna de pelotões.

O regimento forma em linha, ou com os batalhões em linha de columnas de pelotões, ou em columnas de pelotões.

518. Na direita da linha, ou da fracção testa, e no alinhamento da primeira fileira, collocam-se, successivamente, a partir do commandante do pelotão: a bandeira, o commandante da companhia e, no batalhão encorporado, o ajudante e o commandante; no alinhamento da segunda fileira, a guarda da bandeira, á retaguarda desta.

Os corneteiros e tambores, em conjunto e em tantas fileiras quantos os batalhões (ou companhias no caçador), em seguida, alinhada a primeira fileira pela mesma da tropa; e do mesmo modo, á direita, a musica, em quatro fileiras, tendo á direita o mestre, á disposição do

commandante um corneteiro, ficando o mês banda como o mestre.

O commandante do regimento tendo à sua esquerda o fiscal e o ajudante, forma á direita de musica, no alinhamento dos commandantes de batalhões. Do mesmo modo formará á esquerda maior do caçador.

Os intervallos entre as companhias, cujos commandantes podem ser montados, o ajudante de batalhão, o major, as bandas de corneteiros e de musica, o ajudante de regimento ou caçador, os fiscaes e os commandantes destas unidades serão os compatíveis com as necessidades.

Quando ha mais de uma brigada ou de uma divisão, os commandantes destas tomam lugar, com seus estados-maiores, na direita de suas unidades, os mais graduados á direita.

Si ha uma só dessas unidades, seu commandante e seu estado-maior ficarão naturalmente ao centro da frente, á distancia que variará compativelmente com o espaço disponível, de cerca a vinte passos. Na falta de espaço formarão mesmo no flanco direito, a cinco passos.

Conformar-se-hão com essas regras as unidades menores que a brigada quando tiverem de ser revistadas isoladamente.

519. Essas disposições são tomadas ao tempo de — *Em parada!* mandado fazer respectivamente pelos commandantes das unidades isoladas, no proprio local da concentração (Ordenança Souza Castro, toque 128).

Na disposição — *Em parada*, as unidades armarão baioneta, quando houver revista, comando dos capitães.

Quando não ha *desfilar*, o commandante, depois de terminada a revista, manda tocar **seus logares!** (Ordenança, 132). Os commandantes de companhias mandarão, então, **desarmar-baioneta!** logo que tenha sido restabelecida a formação normal.

Si á revista dever se seguir desfilar, no mesmo local ou não, mandará o commandante da tropa dar o toque de — **Preparar para desfilar!** (toque 129), ao que a tropa adoptará formação adequada (fig. 11) e conforme o art. 524.

Quando se trata de uma companhia isolada com musica e bandeira, as disposições são as mesmas, ocupando a banda de tambores e corneteiros o logar da musica, na falta desta.

Com as unidades não seguirão as suas marchas.

A ordem de batalha especificará os pontos compatíveis mais ou menos centrais em relação à frente da tropa, onde deverão estacionar as unidades divisionárias.

Acompanharão estas á tropas na marcha ou o desfilar, na cauda, recolhendo ápos o desfile a ultima fracção.

520. As guardas de honra tomam também formação — *Em parada!*

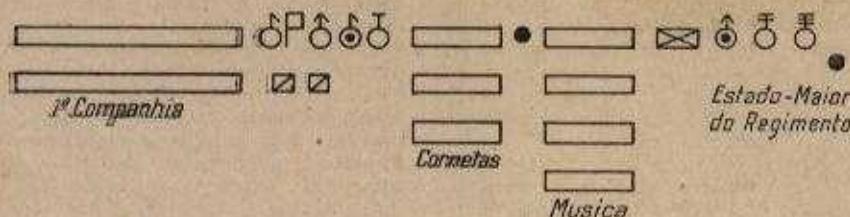
521. Na collocação da tropa em parada dividem-se os intervallos seguintes:

Para uma companhia isolada	10 passos
“ um batalhão	20
“ um regimento	30
“ uma brigada	40
“ uma divisão	50

Havendo falta de espaço, podem ser reduzidos esses intervalos, deixando-se, porém, o necessário para os commandantes e estados-maiores e para as bandas de corneteiros e de musica.

(\*) Ver «A Defesa Nacional» de julho.

Fig. 10



22. O commandante em chefe da tropa, de s de assumir o comando geral com as forças inherentes a esse acto (538 bis), manda tocar — **Descançar!**, toque esse que será elido pelas divisões, brigadas e unidades isoladas, nestas com o signal de execução, e aguarda a autoridade.

ao approximarse a autoridade que vai passar a revista, sempre pelo flanco direito da tropa, manda o commandante desta fazer os toques de **Sentido!**, do **signal de comando** que compete a essa autoridade e o de **resentar-arma!** (si se tratar do presidente da Republica, 2.ª edição do R. Cont., 35, tocando então a musica o hymno nacional, neste caso, e alguns compassos de marcha, nos outros) e em seguida vai, a galope, relâmpago, faz-lhe a continencia de espada à distância de cinco passos, e se coloca do seu lado interno, entregando-lhe o mappa da força. Começa então a autoridade a revista, sendo acompanhada pelo commandante da tropa sempre pelo lado exterior; ao approximarse da direita cada divisão, brigada, mandam os seus commandantes tocar **Sentido! e Olhar à direita!** (ou **Apresentar-arma!** para o presidente da Republica), e, a galope, vão postando lado externo da autoridade, obedecendo graduacão, fazendo a continencia de espada a cinco passos.

Os commandantes de regimento mandarão, por vez, repetir esses toques, como advertencia, quando demandar a autoridade as suas unidades, dando-lhes a continencia de espada, como acima, competindo aos commandantes de batalhão e unidades isoladas darem as vozes para a unção correspondente, fazerem do mesmo modo a continencia de espada e mandarem **par frente!** logo que a autoridade passe frente ao centro da unidade, ou **Hombro-na!** no caso do presidente, ao deixar este centro desta.

As musicas tocarão durante a passagem da autoridade pela frente das respectivas unidades. Desde que ella passe á outra unidade, o commandante da precedente faz signal para cessar musica, quando a ha.

Os commandantes de divisão e de brigada acompanham a autoridade sómente durante a passagem das suas unidades.

Quando a autoridade, depois da revista, volta ao frente da tropa, esta se conserva de **Sentido!** (ou de **Hombro-arma!** caso do presidente) e as musicas tocam á sua passagem; o commandante da tropa acompanha entâo a autoridade, obedecendo o especificado abaixo: em os actos da revista, os estados maiores acompanham seus generaes; não é, porém, per-

mitido que os piquetes, escoltas ou ordenanças os acompanhem pela frente da tropa, devendo aguardar no flanco direito a volta do commandante, quando vier este assumir o comando com o desembainhar da espada.

O piquete da autoridade, acompanhá-la, à retaguarda, porém, de todos os estados-maiores, retomando o seu lugar a proporção que forem estes ocupando as suas posições na formação.

Não se comprehende esta proibição com os corneteiros á disposição dos commandantes que devem ordenar toques.

A posição do corneteiro é um pouco á retaguarda do estado-maior, exteriormente á tropa; ou do commandante, quando não haja estado-maior.

#### II. DESFILAR (Fig. 11)

523 No local do desfilar, onde deva ficar a autoridade para assisti-lo, será collocada ou uma bandeira nacional, quando se tratar do Presidente da Republica, ou uma bandeirola verde, no caso doutra autoridade.

Evidistante de vinte passos dessa bandeira ou bandeirola centrais, e numa mesma linha recta indicativa da direcção de marcha do flanco direito da tropa, serão dispostas duas bandeirolas vermelhas; e no mesmo alinhamento, á equidistância central de setenta passos, duas azuis.

A primeira bandeirola azul (1.º guia) indica o ponto em que a musica começa a tocar, salvo si ainda estiver tocando outra na frente; a primeira vermelha representa o 2.º guia; a segunda vermelha o 3.º; e a segunda azul o 4.º e assegura a direcção da marcha ao deixar a tropa o campo do desfilar.

524 Ao toque de **Preparar para desfilar!**, repetido pela brigada, como advertencia, o commandante do regimento que ocupa a direita, manda dar o toque de **marcha!** seguido do **signal de execução**. (Ordenança, toques 119 e 116) e segue a ocupar, com o seu estado-maior, o seu lugar na columnna, como está representado na figura 11, bem como, independentemente de quaequer ordens superiores intermediarias, todo o regimento, conforme o indica a mesma figura, e abaixo se vê especificadamente:

Os commandantes de companhias mettem suas unidades em columnas de pelotões, a quatro passos, e vão ocupar os seus lugares abaiixo designados, obdecidas as devidas graduações e antiguidades; respectivamente, a seis passos de distancia da fraccão testa para a frente e no centro desta ficam as bandeiras dos batalhões, em linha também por ordem de antiguidade e graduação dos porta-bandeiras, da direita para a esquerda, com as guardas á retaguarda, ladeando-as, intervalladas as bandeiras

de tres passos, dando as unidades isoladas que tenham bandeira collocação identica a esta; os commandantes de companhias, em linha; na mesma ordem os commandantes de batalhões, com os seus ajudantes á retaguarda, meio corpo de cavallo e á esquerda; o commandante do regimento ou caçador, com o seu estado-maior; e, successivamente, a dez passos, os corneteiros e tambores em conjunto, (518), e, em seguida, a banda de musica (545), a cinco passos.

Depois desta, a vinte passos, vem o commandante de brigada e o seu estado-maior, á esquerda e um pouco á retaguarda; e depois, guardando distancias de dez passos um do outro, o commandante de divisão e o da tropa, respectivamente com os seus estados-maiores, dispostos como o da brigada.

Nas paradas dispensam-se as fileiras supranumerarias.

Cada commandante de tropa que deva mandar fazer toques manterá perto de si um corneteiro, que se conservará um pouco á retaguarda e exteriormente ao estado-maior, ou no logar indicado pelo commandante.

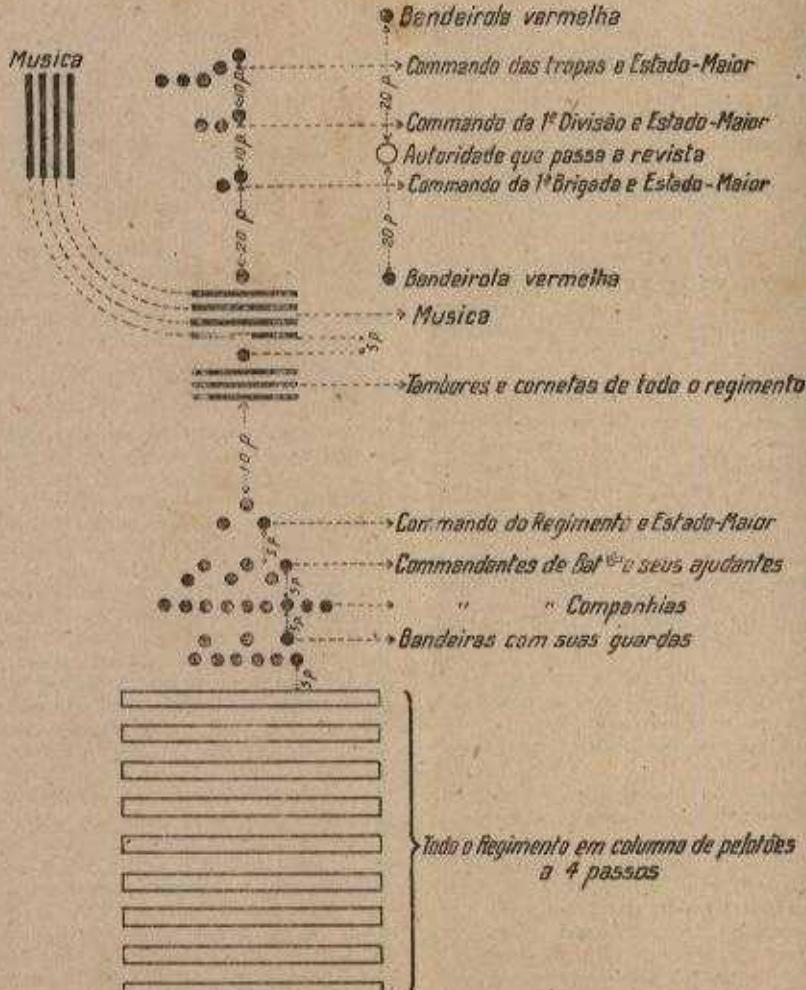
A testa marca passo até que os estados-maiores, musica e corneteiros tenham ganho na columna, a distancia necessaria, correspondente á sua posição.

Estando a tropa já na formação de desfile, para dar começo a este, manda o commandante em chefe fazer os toques de **Sentido!** e **Em frente!**, ao que se inicia propriamente essa marcha de continencia com a voz — **Em frente!**, dada pelo subalterno mais antigo da companhia testa.

O commandante em chefe da tropa faz a saudação com a espada ao attingir a primeira bandeirola vermelha, continua a marchar em frente, com o seu estado-maior, até à segunda e, ahí, voltando á direita pelo lado exterior da bandeirola, vai, a galope, collocar-se á direita e um pouco á retaguarda da autoridade, conservando-se com a espada abatida durante o desfilar, findo o qual é dada a cerimonia por terminada, recolhendo a tropa a quarteis.

Os generaes e os officiaes superiores saudam igualmente á autoridade ao chegarem á primeira bandeirola encarnada (segundo guia).

Fig. 11



Se o Presidente da Republica assiste o desfile de junto à bandeira nacional, centro da fila de bandeirolas, a cavalo, de automovel ou duma tribuna, coloca-se o commandante em frente á sua direita; si, porém, essa autoridade assiste á solennidade de um pavilhão, a bandeira nacional central deverá ter sido colocada correspondendo á altura do lugar reservado ao chefe do Estado.

Neste caso, frontalmente ao mesmo tempo que a bandeira nacional e ao lugar do Presidente é collocada uma bandeirola amarela, à distância da linha de bandeirolas-guias o suficiente para permitir, de permeio, a passagem da columna, dando a tropa a essa bandeirola o seu esquerdo.

E será, então, junto e á esquerda dessa bandeirola, com a frente para o pavilhão, que irá colocar o commandante em chefe, tendo, res, para isso, chegado até á segunda bandeirola vermelha, ali voltando á esquerda, acompanhado sempre do seu estado-maior.

Successivamente, pouco á esquerda e um pouco retaguarda, deverão ficar os outros generaes, tendo disposições idênticas ás que tomariam ficasse a autoridade junto á bandeira central. A posição da musica será, então, á direita general em chefe, o suficiente para se desenhar.

Os generaes, antes de retirarem-se, saudarão formalmente a autoridade.

Si a autoridade assiste de pavilhão, antes, cumprirão os generaes, a passo e perpendicularmente á frente até á distancia que os separa da linha dos guias, e dahi sahirão a destino, préviamente, a saudação. Os estados-maiores os acompanham, fazendo continencia individual.

Cada commandante de brigada, ao chegar ao segundo guia, mandará, para chamar a atenção da tropa, tocar **Sentido!**, a cujo toque abana a espada.

25. Ao chegar a musica á primeira bandeira azul, marca passo a banda marcial, á voz do seu chefe, e bem assim as fracções á retaguarda, respectivamente á voz do subalterno da unidade, até que a musica se adianta o necessário para chegar á primeira bandeirola vermelha, quando segue a unidade **Em Frente!**, dada esta ás seus homens pelo chefe da banda de corneteiros, do mesmo modo procedendo os commandantes de pelotões da direita, guardadas as distâncias.

Quando o mestre da musica atinge o segundo guia, manda **Esquerda-volver!** e vai encarar-se com ella defronte e com a frente em a autoridade, continuando a tocar um dobrado durante o desfilar de todo o regimento, logo que a ultima fracção da unidade vai pela autoridade, a musica cessa de tocar imediatamente, avança pelo caminho mais curto a tomar posição á retaguarda daquella unidade; e procurará, então, ocupar o seu lugar na columna, por onde e como lhe fôr possível, de que a sua unidade faça alto para retomar formação normal (529).

A banda de corneteiros e tambores não acompanha a musica quando esta sae da columna; continua a marcha, olha á direita, quando em si, a voz do seu chefe, ao passar pela autoridade, e só começa a tocar depois que a unidade atingiu o recinto destinado ao desfilar.

As fanfarras e clarins não saem da frente da columna, no desfilar, não tocando estes quando o fizerem aquellas.

Na falta destas, tocarão os clarins, o mesmo se dando com as bandas de corneteiros e tambores das unidades que não tenham musica.

526. Quando a linha de capitães atinge o segundo guia levam estes as espadas ao primeiro tempo de **Apresentar**, baixando-as em frente á autoridade, junto á bandeira nacional (ou bandeirola verde central), levando-as á posição primitiva ao atingirem o terceiro guia.

Para que os movimentos de espada sejam simultaneos, os officiaes devem se guiar pelo da direita, o qual deverá marcar os tempos *um!*, *dois!*, e *tres!*, respectivamente á altura das tres bandeiras.

De igual modo procedem os commandantes de batalhões encorporados.

Os tempos da continencia devem ser feitos com energia e vivacidade.

Os subalternos perfilm as espadas ao chegarem ao segundo guia, e assim se conservam até ao terceiro.

As bandeiras do regimento são simultaneamente perfilmadas e desfraladas ao chegarem ao segundo guia, e assim se conservam até ao terceiro.

Cumpre ao porta-bandeira da direita dar os commandos *um!* e *dois!* para garantir melhor a simultaneidade dos movimentos respectivos.

527. O desfilar é feito com frente de secção para a artilharia e de pelotões para as outras armas; nas metralhadoras, porém, a frente será de seis muares, sendo muito recomendável não aumentar as distâncias além de quatro passos do regulamento.

Entre os batalhões de um mesmo regimento não ha distancia.

Os commandantes de pelotão que marcham no flanco direito e os sargentos desse flanco, orientam-se pelos guias (bandeirolas) e marcham rigorosamente na direcção estabelecida por esses guias.

O maior defeito de um desfilar é a sua interrupção em frente á autoridade; e para evitar esse defeito, deve-se prever com cuidado o escoamento das columnas. Todo o commandante de unidade tem o dever de não demorar a marcha depois de sua passagem, e não obstruir o caminho (529).

Do mesmo modo, é preciso não esquecerem as testas das brigadas e unidades independentes a ligação pela vista em relação á tropa que vai desfilando na frente, tendo sempre muito em conta a manutenção das respectivas distâncias.

Quando cada secção (pelotão) chega a dez passos antes da autoridade (bandeira central), o subalterno da direita manda — **Olhar à direita!** — e a dez passos depois della manda **Olhar frente!** A tropa deve olhar rapidamente á autoridade, continuando os subalternos, porém, a olhar para a frente, afim de não prejudicarem a direcção da marcha.

528. Os commandantes de divisão e de brigada, acompanhados dos seus estados-maiores, ao chegarem ao terceiro guia, fazem como o commandante em chefe (524), e vão se colocar sucessivamente ao lado deste, segundo suas graduações, até que suas unidades acabem

o desfilar, quando então devem retirar-se, sarendo a autoridade, como já se disse (524).

529 A formação normal só deve ser tomada pelo menos a trezentos passos depois do ultimo guia, afim de não perturbar o desfilar das outras unidades. Para isso mandarão os commandantes tocar — **Alto! A seus logares!** e aguardarão que a musica venha ocupar a sua posição, mandando, então, os commandantes de companhia **desarmar-baloneta!**

As unidades menores que o regimento conformam-se com as regras acima.

O desfilar faz-se sempre de — **Hombro-arma.**

As distâncias no desfilar são as seguintes:  
Uma companhia isolada . . . . . 20 passos  
Um batalhão isolado . . . . . 40  
Um regimento . . . . . 60  
Uma brigada . . . . . 80  
Uma divisão . . . . . 100

Estas distâncias são contadas da musica de um regimento ao ultimo elemento do precedente, e de modo analogo para as outras unidades.

Todas as armas devem regular as formações de revista e desfilar pelas disposições da infantaria.

Dentro de cada corporação, as tropas devem ser dispostas por arma, desfilando as tropas a pé na frente das tropas montadas.

A cavalaria fôrmará com lanças, excepto as guardas de estandarte, as quais levarão clavinas.

As guardas de estandarte serão formadas, como as de bandeira, apenas de dois homens.

530. Os estados-maiores dos regimentos de cavalaria e artilharia tomarão as posições indicadas para o de infantaria, e os dos grupos a indicada para o de batalhão.

531. Todos os officiaes que exercem comandos desembainham a espada, quer na revista, quer no desfilar; os outros fazem a continência individual na occasião, e durante todo o tempo em que aquelles a fazem com a espada.

532. As guarnições da artilharia conservam, durante a revista, as clavinas em bandoleira, e olham para a autoridade quando ella se approxima acompanhando-a com o olhar, até que a mesma se afaste. Desfilam, as da artilharia montada e de obuzes, sentadas nos carros, com as clavinas na mão direita apoiadas no chão do carro, e mantidas na vertical; olham para a autoridade à voz respectiva.

As guarnições de artilharia de montanha e das metralhadoras conservam as clavinas em bandoleira, e olham para a autoridade à voz correspondente.

533. Desde que um coro montado toma a formação de — **Em parada!** — os clarins que acompanham os capitães reunem-se a banda.

534. Com a necessária antecedência, um regimento de cavalaria, previamente designado, coloca-se no fundo do campo do desfilar, frontalmente à posição da autoridade, donde assistirá o desfilar e após este avança na continência final determinada no regulamento da arma. Para isso tomará essa cavalaria a formação normal — **em batalha** — ficando, porém, os subalternos e o estandarte na primeira fileira da tropa, e o maior e o ajudante na direita do 1º esquadrão, mas alinhados com a primeira fileira; os capitães na frente do centro dos seus esquadrões, a cinco

passos, e o coronel na frente do centro do regimento, a vinte passos.

535. Quando o desfilar deva dar-se em lugar em que por qualquer circunstância não possam ficar as bandeirolas necessarias, como no caso de ser o local calcado ou asphaltado, ou quando assim o entenda o commandante em chefe, serão as bandeirolas ea bandeira nacional empunhadas por praças, de preferencia montadas, observando-se a mesma disposição prescrita para as bandeirolas.

Para isso, deverão esses guias ser, com antecedencia, mandados apresentar ao chefe do estado maior do commandante da tropa, competindo a um official deste estado-maior dispor previdamente os homens nos logares em que deverão ficar.

### b) Modos de receber os commandantes.

536. O commandante do batalhão é recebido pela direita: no batalhão de caçador pelo fiscal no encorporado, pelo capitão mais antigo, e quais assumem para isso o commando do batalhão. Ao approximar-se o commandante, o corneteiro-mór dá o toque de **Sentido!** e o sinal de comando e o fiscal (o capitão mais antigo) manda — **Olhar à direita!** (R. Cont., 2 Ed., 35) e **Olhar-frente!** ao passar o commandante em frente do centro. Si ha musica, toca esta alguns compassos de marcha.

O fiscal (o capitão mais antigo) coloca-se a alguns passos na frente do batalhão, abate a espada á chegada do commandante, embainhando-a em seguida, o fiscal, depois de haver sido correspondida a continência (539), e perfilando a o capitão depois da dita correspondência o capitão, então, ocupar o seu lugar, e o mesmo fazendo o fiscal depois de acompanhar, de lado externo da tropa, o commandante, quando passe este revista ao batalhão. No caçador, durante a revista do commando, toca a marcha dobrada.

537. O commandante de regimento é recebido pelo fiscal, pela direita, dando o corneteiro-mór os toques de **Sentido!**, de **Signal de comando** e de **Olhar à direita!** como de advertencia; competindo á musica tocar alguns compassos de marcha e aos commandantes de batalhão mandarem a execução á voz, sucessivamente, á proporção que forem os seus batalhões sendo revistados, mandando **Olhar-frente!** ao passar o commandante em frente do centro.

A posição do fiscal, aguardando o commandante, é a alguns passos na frente do regimento. Procederá elle no acto da posse do comando identicamente ao fiscal no caçador.

Durante a revista a musica toca um dobrado, acompanhando o commandante o fiscal e cada commandante de batalhão neste, ficando o primeiro do lado da tropa.

538. O commandante de brigada é recebido pela direita, pelo de cada regimento, este tanto quanto possível em linha, dando o corneteiro-mór os toques de **Sentido!**, **Signal de comando** e **Olhar à direita!**

O commandante do regimento abate a espada da brigada, a este toque, perfilando-a depois da correspondencia.

A musica toca alguns compassos de marcha

niciada a revista, os commandantes de batalhão mandam executar o **sentido!** e o **olhar direita!** á proporção que o commandante brigada for se approximando do flanco direito de cada batalhão. A musica toca durante isto.

Na passagem do commandante da brigada pelo lado da frente de cada batalhão, mandará o commandante deste — **Olhar-frente!**

38 bis. O commandante de divisão é recebido pelos de brigada como os destas o são pelos regimento; isto é, cada brigada mandará dar toque de **Sentido!** o **Signal de comando** correspondente e o toque de **Olhar direita!** competindo aos commandantes de regimento fazerem repetir estes toques e aos commandantes de batalhão mandarem executar os movimentos successivamente ao serem revistadas suas unidades.

As musicas executam alguns compassos. Têm tocarão durante as revistas.

O commandante de cada brigada abate a espada ao ultimo toque para a brigada e a permaneça logo que for correspondida a sua conciliação.

Quando o commandante da divisão passe a frente, ao approximar-se do flanco direito de cada brigada, para esse fim, o commandante desta manda tocar **sentido!** e **Olhar à direita!**, e, nesse, vai postar-se do lado externo daquela commandante, tendo antes, a cinco passos, abatido a espada, dando a esta, depois da saudação, posição anterior.

Os commandantes de regimento mandam repetir os toques quando o commandante de divisão estiver proximo de cada um e vão postar-se como o seu commandante de brigada, do lado externo da tropa, obedecendo á graduação, precedendo os commandantes de batalhões, e unidades isoladas, como no caso da brigada.

Desde que o resistente passe a outra unidade commandante da precedente faz signal para parar a musica e os commandantes dos batalhões mandam — **Olhar-frente!** quando passe o resistente na frente do centro.

Anticamente proceder-se-há com os commandados superiores ao de divisão.

Os commandados inferiores ao de regimento ouvirão — á voz —

39. Depois que os commandantes de caçador, regimento, de brigada ou de divisão, etc., terminam a revista, desembainham as espadas; os estados-maiores conservam-nas, porém, embrulhadas.

10, maio de 1920.

Cap. João Freire Jucá.

## Gymnastica

(Traducción livre)

### GENERALIDADES

A gymnastica é sempre o melhor e unico meio para fortalecer o corpo e a alma do soldado preparando-o para resistir ás exigencias da guerra.

Conjuntamente com o desenvolvimento do corpo deve se procurar fortalecer o espirito e o ultimo é sem duvida o fructo do primeiro. assim como se practica o tiro ou o serviço de infantaria, deve-se tambem praticar a gymnas-

tica, porque esta não só preparam o corpo, desenvolvendo-o, dando-lhe força, agilidade, elasticidade e resistencia, como especialmente porque é o meio principal de manter o soldado em boas condições de saúde, e portanto, apto para aperfeiçoar sua instrução, fortalecer e despertar suas forças moraes.

### Seu valor e emprego

Ainda se aprecia de uma forma muito erronea a influencia que tem a gymnastica no desenvolvimento physico e moral do soldado.

Este errado conceito deve-se, em primeiro lugar, aos largos annos que passamos sem um Regulamento de gymnastica; sobretudo da anarchia que se estabeleceu, resultante da luta, entre o chamado sistema sueco e allemão; a falta de preparo do pessoal instructor, e por estas causas os resultados obtidos na gymnastica sempre foram negativos.

Para que a gymnastica dé os resultados devidos, é necessário, como diz o Regulamento, praticá-la com constância e methodo, durante todo o anno de serviço, sem que se produzam grandes interrupções, para depois recuperar o perdido com esforços violentos, que trazem como resultado o relaxamento muscular.

O tempo não falta entre nós, o que falta é o methodo e a preparação do pessoal instructor.

Não se trata de trabalhar diariamente duas horas durante quinze dias, para interromper depois a instrução, senão praticá-la diariamente pelo menos de 1/2 a 1 hora.

As grandes interrupções são muito prejudiciais, não só para o desenvolvimento physico como especialmente para os outros ramos de instrução.

Ao contrario, uma instrução methodica, conduzida sem violencia e de forma que constitua um prazer, é logo reconhecida pelos próprios homens, pois sensivelmente vão adquirindo elasticidade, agilidade, boas formas, resistencia physica, e portanto domínio do corpo, resolução e energia para vencer qualquer dificuldade.

Para alcançar estes resultados, não é necessário que se tenha uma grande sala de gymnastica com instructores especiais e dedicar horas e horas para fazer esgrima e gymnastica, basta fazer frequentemente alguns exercícios preparatórios bem escolhidos, alguns saltos precedidos de corrida e flexões para fortalecer os braços, afim de alcançar resultados satisfactorios.

Augmentando a força, a agilidade, a resolução, e familiarizando-se com o perigo, se fortalece os nervos, aumenta-se a confiança em si mesmo e a energia para suportar as fatigas. Demais é um bom methodo para cultivar a esgrima de bayoneta, despertar no homem o valor para não temer o combate corpo a corpo, factor moral tão importante no combate de infantaria, cuja característica principal é o avanço ininterrupto, até desalojar com a arma branca o inimigo de sua posição.

Os exercícios physicos, segundo o R. E. I. e R. Gy, são os mais apropriados para desenvolver as qualidades moraes do soldado, tão indispensaveis no combate de infantaria, e sobretudo, servem para contrapor a influencia que produzem os exercícios de ordem unida, nos quais os soldados devem permanecer a pé firme trabalhando a commando, onde não se desenvolve

a iniciativa e a independencia como na gymnastica.

A gymnastica applicada e especialmente os jogos a que se refere o R. Gy., constituem não só a melhor preparação das pernas, pulmões e coração, como também muito particularmente servem para dar agilidade, rapidez e resolução.

Os jogos educam e desenvolvem a intelligença, devido a applicação das diferentes regras do jogo.

Para alcançar vantagens nos jogos sportivos, é necessário que os officiaes procurem influir com seu exemplo ante a tropa, porque si elles são praticados sem se despertar interesse nos homens é como quem toma uma receita medica — pôde estar seguro que não produz resultados. Numerosos escriptores militares e especialmente as experiencias da guerra, nos demonstram a grande importancia que tem, no combate, a resistencia physica, a boa saúde e as outras qualidades moraes do soldado, que só se cultivam com a gymnastica.

As causas porque não se tem cultivado como deveria ser a gymnastica e a esgrima no nosso Exercito, podem-se explicar assim: falta de pessoal preparado, falta de uma escola especial para este fim, falta de methodo e que nos exercícios de tempo de paz, não concorre o valor moral do soldado, o qual os superiores não levam em conta ao dar seu juizo sobre uma tropa.

Fomentar a gymnastica é concorrer com um factor para ganhar tempo, especialmente porque os exercícios physicos e a esgrima têm, como foi dito, grande influencia na educação militar e moral do soldado.

#### *Repartição e aproveitamento do tempo*

Como será possível dispôr de mais tempo para os exercícios de gymnastica, devendo, ao mesmo passo não descurar dos outros ramos de instrucción militar do soldado?

Em geral não se poderá dedicar maior tempo a esta instrução que o considerado até hoje como suficiente, porém si for possível, se aproveitará melhor o tempo com auxilio de um bom programma.

Com uma boa educação de gymnastica desde o inicio pôde-se economizar muito tempo na instrucción de recrutas da companhia, pois será um auxiliar para aumentar especialmente a força dos braços para os manejos e para o tiro, desembaracar as articulações dos pés e dos joelhos, para obter uma boa marcha e em geral, para aumentar a resistencia às fadigas do serviço.

Dedicar duas horas diárias sem interrupções, como sucede geralmente para a instrucción de gymnastica e esgrima de bayoneta é verdadeiramente um esforço contraproducente.

Em compensação, hora e meia para ambas as causas ou pelo menos uma hora, é o suficiente, pois o principal é que os músculos não fiquem muito tempo sem exercícios.

Porém é lógico, que quanto mais curto seja o tempo de serviço, mais bem elaborado deve ser o programma para aproveitar o tempo e mais bem praticá-lo devem ser os exercícios.

Para isso conseguir é necessário que independentemente dos exercícios feitos nos aparelhos do batalhão, se coloque nas dependências

das companhias algumas barras ou apparelhos de saltos, especialmente algumas cordas para aumentar a força dos dedos e das mãos para os manejos e todos aqueles exercícios de pontaria e de esgrima de bayoneta, que exigem que as mãos, empunhem com muita energia delgado da arma.

Si se dedica uma hora para a gymnastica e pelo menos 3 vezes por semana pôde-se estar seguro que não arrefece o entusiasmo, a instrucción não será pesada e não se perderá o treinamento, como sucede com o sistema de abandoná-lo em absoluto, por causa da preparação da revista de exame de tempos e outras instruções.

Não se deve perder de vista que além das horas fixadas semanalmente para a gymnastica e a esgrima, de vez em quando e cada vez que se façam exercícios violentos, de marcha ou de campanha que fazem trabalhar extraordinariamente determinados músculos, é conveniente praticar, de preferencia a outras instruções, alguns exercícios musculares que façam trabalhar aquellas partes do corpo que permanecem inactivas, como seja:

Exercícios que sirvam para corrigir a posição do tronco, da cabeça, exercícios respiratórios, etc.

Os exercícios de gymnastica devem ser feitos de maneira que se faça trabalhar todas as partes do corpo para os homens desenvolvidos normalmente; e para os que tenham algum defeito, fazê-los praticar de preferencia exercícios que tendam a corrigi-los.

Em uma palavra, o instructor deve organizar seus exercícios e repartir seus homens, levando em conta seus defeitos e constituição physica.

Assim, por exemplo, quando devido aos serviços de campanha as pernas tenham feito os forcos violentos, se restringirão estes, para a preferencia aos dos braços e tronco, afim de não haver desuniformidade no desenvolvimento das pernas, com prejuízo dos braços.

Também não se deve perder de vista que as pernas devem ser preparadas convenientemente antes de entrar no periodo das marchas e serviço em campanha se si quer alcançar resultados satisfactorios.

Os exercícios de pontaria se preparam, com vantagem, com os exercícios de cordas, as paduas e o tronco para supportar o peso da mochila, as pernas e os braços para marcha e o manejo de arma. Em uma palavra, a gymnastica serve para preparar os homens convenientemente para as exigências do serviço militar e isto não se deve perder de vista ao confeccionar os programmas e dirigir a instrução.

Não se poderá dizer que para a instrucción de gymnastica não se dispõe de tempo por causa das exigências da instrucción militar moderno do soldado; porque um bom methodo de instrucción moderno exige, antes de tudo, uma boa preparação de gymnastica, e depois os exercícios, o primeiro facilita o segundo e os exercícios indicados no regulamento da gymnastica foram escolhidos especialmente, levando-se em conta o que é mais importante e simples para alcançar o objectivo que se tem em vista na instrucción militar.

sto é, ter em curto tempo soldados aptos a a guerra, bons atiradores, bons marchas, ágeis e resolutos.

Os que pretendem alcançar os resultados que querem os nossos regulamentos de instrução, aumentando a duração dos exercícios e descuidando da gymnastica, commettem um grande erro, porque si se sacrifica a gymnastica, os resultados que se obtêm são sempre mediocres. Assunto de grande importância e que requer atenção do capitão, é a instrução de gymnastica dos empregados, isto é, ordenanças, oficiais, etc., os quais pelo menos uma vez por semana devem fazer meia hora de gymnastica antes dos exercícios de pontaria, consistindo, manejos, marchas, etc.

Meia hora será suficiente para praticar na mar duas ou tres flexões, passar da suspensão ligada ao apoio, subir nas cordas, salto em altura (80 a 90 cm.) sem impulso, salto em altura, precedido de corrida; de maneira que os estejam em condições de executá-los satisfatoriamente.

Como estímulo e para que elles se exercitem por sua conta, convém conceder algumas vantagens aos que em melhores condições executarem os exercícios.

Sucede geralmente que no exame de recrutamento, os mais atraídos em gymnastica são os cabos e ajudantes de instrução, devido à situação que tomam como instrutores oficiais e por isso torna-se necessário obrigar os a assistir a todos os exercícios de gymnastica e fazê-los tomar parte na instrução dos soldados prompts.

Em todo o caso, mesmo com pouco tempo disponível para fazer gymnastica, pôde-se mandar os homens em boa posição do corpo, agilidade, elasticidade e boa musculatura nas esquinas, unicamente com a prática dos exercícios com e sem arma de que falla o regulamento e se a estes juntam-se alguns saltos, subidas nas cordas e flexões, jamais sucederá que os homens percam a sua aptidão para a gymnastica.

No igual modo pôde-se proceder com a introdução de esgrima de bayoneta, a qual deve-se praticar alternando com a gymnastica ou aproveitar o mau tempo; de maneira a não esquecer o que foi aprendido, ou para aperfeiçoá-lo. Para isso deve-se praticar pelo menos a guarda, saltos, passos, golpes bem dirigidos, mesmo sem adversário.

Tudo isso pôde-se repassar perfeitamente em uma hora, sem auxílio de muitos monitores, e o emprego de máscaras, luvas e outros tipos de protecção.

O principal é que o instrutor conheça e saiba a esgrima.

Sucede geralmente como motivo para suspender o exercício de gymnastica, que elles inventam exercícios de gymnastica, que elles inventam razão de ser.

O único caso que poderia ser prejudicial, seria quando pouco antes do tiro se praticasse a gymnastica e a esgrima, porém em tais circunstâncias, não só a esgrima seria prejudicial como qualquer outro exercício.

Se se reflecte nas exigências que a instrução de campo impõe ao soldado, se chega à conclusão que só por meio da gymnastica pode conseguir bons resultados e que em

nenhum caso pôde ella ser um inconveniente para a instrução do tiro.

Poderia ser um inconveniente quando não se considerasse como um meio para completar a instrução do soldado e si a praticasse de maneira incorrecta e sem despertar nos homens o interesse necessário.

Si em cada ramo da instrução militar se trabalha sem perder de vista os outros, considerando os muitos pontos de contacto que ha entre elles, como sucede entre a gymnastica e o exercício de pontaria, conducta do atirador no terreno, etc., desde logo se chegará á convicção de que para gymnastica pôde-se dispor de muito tempo, sempre que se economiza em outros em seu próprio benefício.

(Continua)

## A questão do uniforme militar

A alteração de uniformes do exercito. O uniforme através dos séculos.

O Ministro da Guerra, segundo referem jornais do Rio e de São Paulo, nomeou há dias uma comissão de oficiais, afim de estudar e organizar um plano de uniformes, que sirva para todas as armas.

Essa questão de modificação no plano actual vem sendo agitada há já algum tempo, e a chegada da missão militar francesa de instrução, contractada para o nosso exercito, fez voltar a balha o caso, que vae ter agora definitiva solução.

No exercito, entre as varias questões militares que se prendem á reorganização technica, a do uniforme surge periodicamente e constitue, — na classe e fóra, — motivo de prolongadas cogitações.

A technica militar, assim como novos modelos de armas e de uniformes, evoluem com a arte da guerra e só se justificam as suas alterações e adaptações, quando a ella fiquem subordinadas.

Cessada a grande guerra que revolucionou a essa difficultade de ermidas em curto período, tão grande salto, impunha-se uma acurada revisão nos regulamentos de instrução e em todos os demais serviços militares. O Ministro da Guerra brasileiro se antecipa, nesse sentido, aos de varios países europeus, onde ainda não cogitam desse assunto.

No uniforme militar deve ser exigido o acordo da cor dos tecidos empregados em sua confecção com o fundo predominante da paisagem do campo de batalha mais provável. E o clima de cada região requer o aproveitamento de um estofo que abrigue, eficazmente, o homem durante o inverno, e o prevenir dos grandes calores, na estação calmosa. Ter-se-á, portanto, em vista, não sómente o clima do local da guarnição, como da região onde haja probabilidade de vir a tropa a operar.

Ha tempos, um ilustre oficial combatente do nosso exercito, pela «A Defesa Nacional», trouxe, para a elucidação inteligente deste problema, varios alvitres e acertadas considerações. Tivessem elles tido aceitação por parte dos interessados, e estaria hoje, talvez, perfeitamente solucionada, a debatida questão dos uniformes militares.

Não é de hoje que este caso tem preocupado e continuará a preocupar a atenção dos chefes de exercitos, que procuram harmonizar as condições climáticas, diminuição de visibilidade, conforto e durabilidade, com a economia do orçamento, sem contudo pensarem na substituição da peça de uniforme, que, pelo tempo, se tornou tradicional na tropa.

Em nenhum outro paiz soffreu o plano de uniformes tão amiudadas transformações como no Brasil. No actual regimen, foram elles varias vezes modificados ou novamente modelados, não ficando, por fim, nenhuma peça das que eram usadas no imperio.

Nos paizes onde, como no Brasil, existe um exercito com assinalados serviços de guerra, mesmo nas transformações radicais do plano de uniformes, sempre é conservada alguma peça constituindo por assim dizer, elemento caracterizador da raça e da índole dos habitantes.

Nos planos devem ser conservados, mesmo através das modificações, uma peça de fardamento, cuja cor e feitio sirva de atributo da propria nacionalidade brasileira.

Todos reconhecem ser indispensavel e urgente a concordância na uniformidade que deve existir no trajar de todos os homens de armas do Brasil. Tropas de linha, auxiliares e reservas, devem ser vestidas de uma só cor geral, de um só estofo e de um só typo de corte, pois que, para diferenciar os bastam os distintivos adoptados.

Na frente principal da grande guerra só um padrão de uniforme foi usado. No entanto, na extensa linha de batalha irmanavam-se na luta, homens de diferentes nacionalidades, agrupados em exercitos. Parecia que, terminada a causa que os reunira, continuassem usando o uniforme simples e maneiro que alli adoptaram. Assim não aconteceu. Os soldados ingleses exigiram e obtiveram o uso do uniforme que vestiam antes da conflagração. A tradicional casaca vermelha voltará a fulgurar nas ruas de Londres, modelando e realçando o garbo dos rígidos militares britânicos.

A calça vermelha do «piou-piou» frances, tantas vezes condenada pela sua extrema visibilidade, assim como a sua rutilante culote, continuão a realçar-lhe os dotes de elegancia.

E provável que o capacete pontudo do prussiano, continue caracterizando a índole bellicosa do povo germanico.

Nesses paizes não houve coragem para abolir aquelles elementos do vestuario militar, por verem nelles, mais do que uma recordação de passadas glórias, a essencia da grandeza da propria terra onde nasceram.

Para o soldado brasileiro não é difícil encontrar uma peça do uniforme que lembre o seu passado de fulgentes glórias, por isso que, no estudo que proximamente terá publicidade, ficarão apontadas as que podem servir às nossas tropas, como elemento tradicional.

Já ficou dito que o uniforme se modifica e evolue, segundo as necessidades da guerra e, certamente, ha de elle soffrer no futuro tantas modificações quantos forem os aperfeiçoamentos introduzidos nas armas offensivas, na technica e nas regras empregadas nos combates modernos.

A historia' do uniforme militar, dos paizes europeus, não alcança a mais de tres séculos. An-

teriormente o soldado vestia-se segundo o seu gosto e a cor que lhe agradava. Alguns eram franceses, mantidos pelos senhores de feudos, ricos e poderosos, por um requinte de perfeição e de grandeza, eram fardados de castas da cor do estandarte de cada commandante. O resto do vestuario não tinha uniformidade alguma.

As tropas romanas, e mesmo os soldados gregos, usavam então uma unica peça de uniforme igual para todos, a qual, ora consistia no capacete ou na tunica, ora sómente no capacete. Contudo ninguém pode afirmar que esses soldados fossem obrigados a usar uma dessas peças como uniforme, tendo o mesmo typo e a mesma cor que mais tarde aconteceu.

Os proprios cavaleiros que combatiam «cruzadas», apezar do extremo luxo com que se vestiam, differenciavam-se entre si tanto nos modelos, como na cor e nas qualidades dos estofo que adoptavam. Era sómente na tunica de malha e no capacete, que se notava alguma uniformidade. Sobre a malha era vestida a tunica de seda, ornada segundo a fantasia de cada um. Portanto não se podia observar a uniformidade na peça que ficava oculta.

Nenhum traço de uniforme encontrava-se nos exercitos que, durante os séculos XIII e XIV, combatiam em todas as regiões do Oriente e do Occidente. Apesar de differencem as tropas varios paizes que combatiam juntos, ou os diferentes partidos belligerantes, usavam os soldados, sobre a vestimenta commun, cruzes, labartes ou mesmo um enfeite qualquer, para se distinguirem uns dos outros.

No século XVI usavam os soldados ingleses uniformemente, tunica branca com uma cruz vermelha na frente e atras, e as tropas da Flandres se distinguiam das demais pela cor de suas casas de armas.

Já algum tempo antes, no exercito alemão, nos corpos de todas as armas, com o fim de nos les implantar a disciplina, eram usados uniformes e equipamentos egualis.

Apezar de ser ainda considerado como um distintivo de domésticidade, começaram na Inglaterra, no século XV, a apparecer corpos pertencentes uniformizados.

Carlos VI determinou, durante o seu reinado, que todos os soldados mantidos encorajados nas companhias britannicas, usassem a tunica de cor do estandarte do respectivo capitão. Os cheiros dessa nacionalidade, fardados à custa de grandes senhores, usavam também uniformes identicos e da mesma cor.

Comegavam nessa época a emulação, a inveja e o ciúme entre as varias nações europeas, e se tratando de introduzir nos respectivos exercitos melhoramentos de ordem militar. Espalhavam-se mutuamente afim de se não deixar vistar pelo visinho, qualquer que fosse o ponto de vista em jogo. Logo que um aperfeiçoamento era adoptado por um desses paizes, era instantaneamente copiado e melhorado por outro.

Na França as tropas estrangeiras assalariadas pelo monarca tiveram de usar, no século XVI, um uniforme afim de as distinguir das forças nacionaes, que ainda não o possuiam.

Os suíssos usavam as cores dos respectivos cantões. Os suíssos da guarda real, porém, tão justamente afamados pela sua fidelidade ao rei — eram rigorosamente uniformizados co-

graciosa farda da tres cores: branco, pre-marron. Tambem os escossezes eram fars, igualmente de tres cores, as cores de cisco I: azul, encarnado e pardo.

famosos soldados do Bando Negro, que bateram em Merignan nas fileiras francezas, em uniformes de uma só cor.

Entudo, sabe-se que, nem mesmo entre os corpos de infantaria franceza ou ingleza, os famosos fansquenetes allemães, assim nos corpos independentes, se havia grande uso de uniformes. E, allemães e ingleses estavam a esse tempo, sob o ponto de vista da uniformidade do vestuario militar, muito adeantados do que os franceses.

Francia, durante o reinado de Luiz XI, se-lo pittoresca descripção feita pelo bravo tóme, eram os soldados desse rei, «vrais ours de guenilles, plus habillés à la pendurada la propreté, portant des chemises à longues manches, comme Bohémes de ou Maures, qui leur duraient vestues plus de deux ou trois mois sans changer», enquanto os ingleses apresentaram, por occasião do combate de Saint-Quentin, em 1557, um corpo de mil homens perfeitamente uniformizados e os.

Na am do reinado de Luiz XIII as primeiras idencias sobre uniformes militares, mas até Luiz XIV ainda não estavam elles generais, pois nessa época muitos regimentos conviviam desprovidos, sendo que até alguns se sentavam com as cores do respectivo coro-

nhebe a Louvois, em 1670, regular definitivamente esta questão tornando, por um decreto, gatorio o uso de uniforme para todo o exercito francez. O plano fôra por elle proprio or-sado.

signaliza esta época o maior progresso nos armes militares.

tropa que nesse anno foi empregada na conquista da Hollanda, vestia já o novo fardamento fornecido pelo governo, de que Louvois era autor.

uniforme da infanteria compunha-se de um manto branco e azul, com largas abas forradas de vermelho, que desciam até quasi os calcaneiros de um collete branco, culotes brancos, punhos, sapatos e de um pequeno chapéu liso. Da cavalaria diferenciava-se sómente no chapéu, que era de pêle; ed uma pluma pendente do chapéu e de grandes botas em substituição das polainas.

A Alemanha, o rei da Prussia, pae do gran-Federico, inventara e introduzira no uniforme existente dos granadeiros prussianos, o uso e commodo bonet de pêle, que não trouou em ser adoptado pelos militares vizinhos.

revolução franceza encontrou o exercito com ainda o que fôra regularmentado em 1670, com o accrescimo, sómente nas tropas de granadeiros a pé e a cavallo, do bonnet em vez das tropas allemãs, das mesmas armas.

os chefes da revolução conservaram para suas tropas de infantaria o uso do casaco azul e das espaldas polainas, mas logo no inicio do Imperio foi modificada a cor azul da casaca, voltando a cor branca, porque não quiz o grande oleão utilizar-se dos productos da industria

ingleza, de onde provinha a tinta azul empregada nos tecidos. Dahi a adopção do casaco branco, distribuido ao exercito em 1806. Quasi imediatamente, porém, foi notado um grande inconveniente no seu uso; não era possivel aos «troperros» franceses conservarem tal peça de uniforme na sua cor natural. Teve de ser promptamente substituida pela azul, após uma revista passada ás tropas pelo proprio Imperador. Notaria elle nessa occasião, que já não havia mais uniformidade na cor dos casacos, porque cada soldado, segundo o seu grau de asseio, apresentavam sua farda desde o cianento escuro, — até á alvura primitiva, quando não mostravam manchas de cores mais ou menos suspeitas.

O grande cabo de guerra soffreu com isso enorme e amarga decepção.

Pouco depois o general Junot adoptou para o exercito o elegante e mimoso Shako, que tanto adornava a cabeça do soldado gaulez. O shako passou triunfante, levado por esses bellicosos guerreiros, por todos os campos de batalha da Europa.

A calça vermelha, que, — como a tunica azul, — constitue até agora o elemento característico do uniforme francez, foi adoptada mais recentemente — em 1829, — afim de substituir a inconveniente calça branca, e tambem para favorecer a cultura franceza da «garance». Assim veiu, pelos tempos, a chamada calça «garance» a tornar-se, como que o complemento do vestuario symbolico do guerreiro francez. Com ella as tropas gaulezas lutaram por toda a parte, vencendo quasi sempre.

Qual é então a peça symbolica do uniforme do sempre heroico e glorioso soldado brasileiro? Que peça caracteristica, por excellencia, vestiam os guerreiros desta terra quando — desde 1770 — ufano e audaciosos, abriam a golpes de inexcedivel bravura, caminhos através dos Pampas e do mysterioso Chaco?

Tte-coronel Pedro Dias de Campos  
(Da F. P. de S. Paulo).

## A questão dos uniformes

O Ministerio da Guerra acaba de distribuir aos diversos commandos e direcções de serviços do Exercito um novo projecto de alterações no plano de uniformes, para que tales autoridades o estudem e sobre elle emittam parecer.

O processo é novo e merece ser destacado como de grande alcance para o fim collimado, pois dessa forma o Exercito vai escolher o seu fardamento; e como, a propósito, a «A Defesa Nacional» honrou-me com a publicação de rapidas notas sobre o assumpto, volto a tratar d'elle, em face d'esse projecto.

As alterações propostas, se de um lado procuraram attender ao ponto de vista economico, com a suppressão da calça garance de galão dourado (a coisa mais anti-esthetica que existe, a meu ver) de

outro lado incidem no mesmo espirito insaciavel da novidade, com a criação anti-economica do cinto-talabarte de seda verde e amarella. Tão pouco se me afigura aceitavel a substituição do modelo em uso pela tunica de flanella kaki, typo sobrecasaca. Esta só apresenta sobre a actual a vantagem de exigir maior area de tecido para cada individuo; a que está adoptada, com a pequena modificação esthetic a que naturalmente foi conduzida quando se lhe additou o cinto-talabarte de couro (um pouco mais de roda, aiguama pollegada mais de comprimento) satisfaz perfeitamente aos fins a que se destina.

O 2.º uniforme proposto (kaki) que continuará a ser usado, pelo novo plano em perspectiva, com talabarte e cinto, segundo opinião quasi unanime entre camaradas e civis, causa pessimo effeito quando se lhe substitue a *culotte* ou calção (com botas ou perneiras) pela calça comprida commun. Parece, pois, deante d'essa impressão geral, que se deve abolir a calça definitivamente neste uniforme, para tornar obrigatorio nello o uso do calção com perneiras ou botas. D'ahi resultaria a necessidade de permittir o uso do 1.º uniforme bis (denominação alias complicada e desnecessaria) sem dragonas nem espada, em solennidades não puramente militares e á noite, como as que estão citadas á fl. 13 do projecto impresso, restabelecendo-se para estes casos o uso das actuaes platinas de metal, peça alias que todos os officiaes possuem.

A criação da guia dourada, naturalmente dispendiosa, recae na condemnável despreocupação do lado economico, quando o official do Exercito é e será sempre uma especie de eterno fidalgo arruinado...

Em vez d'esta guia dourada e do talabarte de seda, a mim se apresenta mais razoavel o uso das dragonas no 1.º uniforme do projecto. Pelo habito, a dragona daria o aspecto mais solenne ao uniforme de gala para as formaturas, além de ser peça que faz parte de outro uniforme e que todos os officiaes possuem.

Não posso comprehendere que a espora ou o esporim sejam usados por officiaes que estão a pé, transitando pelas ruas, subindo e descendo escadas, nos salões, etc.; só entendo a espora para quem esteja a cavallo, para quem se apeie do ca-

vallo ou para elle se encaminhe com o fim de montar. Se me fosse dado regulamentar seu uso, eu faria pendurar as esporas no arreio, d'onde só sahiriam para o calçado quando chegado o momento de arriar o animal para montar.

A tampa inventada para cobrir os ossos lateraes da tunica branca é uma banalidade.

Constituem, ao meu fraco entender, uma evolução: a criação do capacete de couro para as campanhas reaes, medida de defesa individual preconizada pela grande guerra europea; a substituição do topete americano pelo chapéo de feltro kaki para os exercícios da tropa, porque quem nunca apanhou sol com qualquer kaki, durante marchas demoradas, poderá negar-lhe a vantagem; a abolição da espada para apresentações individuais e serviços ordinarios fora de formatura.

Ainda para as campanhas reaes permanece acertável a adopção de perneiras de pano tipo inglês ou tipo norte-americano; assim como a suppressão da espada que seria substituida pela bengala milimétrica pelo pinguelim-bengala.

Para a luta é sabido, desde a guerra russa e japonesa, que não convém armarm os officiaes com espada: a arma do oficial é a pistola e de grande calibre (manga a Peñabellum, mas uma Colt como a que adopta o exercito norte-americano).

Convém ainda relembrar a necessidade de se decretar, ao mesmo tempo em que for adoptado o novo plano de uniformes, uma disposição irrevogavel que proibisse a minima alteração desse plano dentro de um prazo nunca inferior a de annos de experientia (1).

Taes são as principaes conjecturas que julguei de meu dever apresentar á «A Defeza Nacional», que as publicará se assim entender de conveniencia.

Rio, 11 de Agosto de 1920.

Amílcar A. Botelho de Magalhães  
Capitão de Engenharia

(1) N. da R. — Muito bem. Este é o ultimo mais necessário em qualquer lei nova sobre uniformes. No mais, quasi podemos subscrever a opinião do digno colaborador. Não analisamos as pequenas divergencias porque está no recendo que essa tentativa de alteração de uniformes, destacando-se dentre tantas outras providencias mais urgentes, ficou liquidada com o ultimo decreto sobre a materia, o qual de modo geral sympatheticamente consolidou o que existia, apenas incorporando uma ou duas *facultativa*, da moda...

## o chapeu no uniforme de campanha

Não sei como ainda se falla em experientar o chapeu para a sua adopção noiforme de campanha, o de brim kaki, *paz ou na guerra*.

E' com elle que o nosso povo, por toda parte, procura abrigar-se das soaseras, no S. dos sopros regelados do inverno e em Matto Grosso dos ventos frios a sul.

Certamente é por ser «mais economico útil» diante das nossas extremas variações climatericas, que as populações o optaram de norte a sul, satisfazendo ás necessidades que elle tem de preencher.

O gorro americano, sem duvida mais certo que aquelle a que substituiu, não protege a nuca e as orelhas, nos momentos que a cobertura é mais necessaria; protege o rosto (ou mais particularmente a vista) tanto tempo como o chapeu tão bem como elle.

O chapeu acabará com o malsinado calor, e permite a ventilação que o cobreira retira.

A defesa contra o calor ou contra os solares (que são os principais adversários a considerar), é que julga quotidianamente o gorro de uma insuficiencia estilesta aos fins primordiaes a que se destina. Nas marchas é sentida a indefensão permanente em que se fica. Dir-se-ia que elle tem a finalidade de estabelecer, horas calidas, uma atmosphera extrema, em torno da cabeça, apropriada a dispensar o esforço desenvolvido pela actividade intellectual.

De todas as condições a que o sombreador tem de satisfazer, a victoria do gorro, ou o seu competitor, talvez esteja na esthetica. Ella pôde preferir-o e fazê-lo ser o chapeu, da mesma forma que de fazer a tracção da artilharia pelo qual vencer entre nós o tractor-muar. Verificadas porém as nossas necessidades e possibilidades permanentes, o «util economico», a simplicidade do chapeu triunfa o outro elemento e a sobriedade e resistencia do muar se impõe á nos-previdencia.

Como uma homenagem á esthetica, o muar poderá continuar nos uniformes e não têm a satisfazer necessidades militares em nossa terra. Digo assim porque é partidário de que deve desaparecer que, sendo esthetic, não allia as quali-

dades de «utilidade e economia», como carecem de ter as cousas de um exercito.

O typo do chapeu pôde ser o do boy-scout: aba larga e horizontal, e jugular.

Acredito piamente que de sua adopção o observador notará que resolvemos o problema auscultando a nossa situação e as nossas necessidades, jogando com os nossos valores e factores, e não nos inspirando apenas em copiar o que fizeram os que estavam em condições diversas, como se as alheias actuações fossem as que nos norteassem, ou impressionassem mais fortemente.

Em 7-6-1920.

1º Tenente *Manoel Carlos*

## Do emprego actual da artilharia

Conferências feitas pelo Coronel Grois, em Março de 1920. — Traduzido dos Anais de la Escuela Militar de Montevideo.

### (Conclusão)

Ao começo da guerra os artilheiros de campanha hesitaram em empregar a prancheta de tiro, pois parecia-lhes que este apparelho devia reservar-se exclusivamente para a artilharia pesada; quando, porém, com o desenvolvimento da guerra de posição tiveram que fazer tiros de destruição das rédes de arame, tiros de barragem, tiros sobre objectivos instantâneos e, particularmente, quando tiveram que utilizar a observação área, tornou-se evidente para elles a obrigação de seguir o método geral de tiro indirecto que usavam os canhões pesados.

De posse de um plano director exacto, a artilharia, particularmente a pesada, pôde conseguir mais precisão na preparação de seus tiros, porque graças á possibilidade de uma avaliação exacta dos elementos topographicos do tiro, pôde considerar as perturbações introduzidas na trajectória teórica pelas variações produzidas 1.º nas condições atmosféricas (vento, densidade de ar), 2.º nas condições balísticas (peso da granada, lote de polvora, temperatura desta, desgaste do tubo).

*Correcções atmosféricas e correcções balísticas.* — Levaram-se em conta as primeiras por meio das correcções atmosféricas baseadas no conhecimento do peso do litro de ar e no do vento reinante, elementos essenciais que influem na resistência do ar e na direcção impressa ao projectil, e que eram subministrados diariamente até duas ou três vezes pelo Serviço Meteorológico de cada exercito.

Quanto ás correcções balísticas que exigem as variações dos seguintes elementos balísticos supracitados, peso da granada, temperatura da polvora, foram elas feitas por meio de dados tomados nas próprias baterias, permanecendo desconhecidos e, por conseguinte, sem correção os efeitos produzidos pela variação do lote de polvora e pelo desgaste do tubo.

Devo insistir um pouco sobre um dos elementos topographicos a determinar, quer falar da direcção do tiro.

\*\*\*

*Direcção referencia (repére).* — Este elemento deve ser determinado com muita precisão, especialmente quando se trata de tiros um pouco ao longe e sobre objectivos de pequenas dimensões. O plano director não basta, então, e torna-se necessário fazer uma verdadeira operação topographica, que consiste em estabelecer com grande precisão uma linha de referencia, assinalada no terreno, na proximidade das baterias, operação que está a cargo do oficial topographo do grupo de artilharia, às vezes, dos próprios «grupos de canevas de tiro».

Comprehende-se, com efeito, que se a direcção do tiro não tem suficiente precisão, o erro produzido na direcção conseguida para o objectivo pode dar lugar a um desvio considerável, particularmente quando o objectivo está longe, o que se dará ao princípio, donde as baterias que geralmente eram desprovidas de grande horizonte e empregando só o plano director tinham que referir-se, no que diz respeito à direcção, a pontas de referencia demasiado próximos.

Esta determinação precisa não retarda o tiro, porque se faz antes da chegada das baterias, isto é, durante o período de reconhecimento e após haverem sido determinadas as posições das mesmas, os accessos a essas posições e os postos de comando.

\*\*\*

*Preparação dos tiros.* — Os commandantes de baterias devem fazer a preparação dos tiros com o maior cuidado, porque, assim fazendo, abreviarão a regulação quando esta se efectue, o que é importante, porque: 1.º pôde ser preciso fazer um tiro eficaz com a maior presteza possível, 2.º permite encurtar o tempo de trabalho do avião observador, que pôde ser necessário para outros tiros e, finalmente, 3.º porque economiza munições na execução da regulação.

Além disso, uma cuidadosa preparação dos tiros torna possível intervir sem regulação, não obstante com eficácia suficiente, em certos casos, como exemplo, nas concentrações de fogo, conseguindo assim um efeito de surpresa que sempre dá os melhores resultados.

A vantagem, porém, mais interessante de uma boa preparação é permitir a utilização de uma boa regulação durante dias desde o momento de sua execução.

Vejamos como:

A preparação para o primeiro tiro dado sobre um objectivo comprehende:

1.º A avaliação dos elementos topographicos (distância e sítio do objectivo);

2.º Exame das condições próprias do tiro (especie de tiro, escolha de projétil, carga, etc.);

3.º A determinação dos elementos iniciais de pontaria, levando-se em conta as correções aérologicas e balísticas.

Uma vez completada a regulação, se tem conseguido para o objectivo uma distância D, chamada distância balística do momento, a qual é diferente da calculada na preparação, porque, primeiro: a distância topographica de saída, seja A, dada pelo plano director, pôde ser um pouco erronea; segundo: as correções feitas, excepto

as do sítio e do peso da granada, não são muito exactas; terceiro: ficam sempre duas correções desconhecidas que se não podem fazer, as do lote de polvora e do desgaste do tubo.

\*\*\*

*Distância corrigida (depurada).* — Seja C a soma das correções calculadas. A diferença D - C = D' chamada distância corrigida isto é, corrigida das condições do momento aérologicas e balísticas, representa a distância que nos daria a regulação se se fizessem as condições normaes das taboas de tiro, tomadas como base no cálculo das correções citadas.

Das causas de erro que não puderam ser vadas em conta, uma, o desgaste do tubo, va lentamente. Admittimos que não se muda lote de polvora.

Então, para fazer outro tiro sobre o mesmo objectivo se tomará esta distância corrigida applicando-lhe as correções do novo momento conseguindo, assim, a distância balística do momento, com uma precisão geralmente suficiente. Isto permite, quando após cuidada preparação, se tenha executado uma boa regulação sobre um dado objectivo, bater o efeito em qualquer momento, tanto de noite como de dia.

\*\*\*

*Coefficiente Kº.* — Mas da correção resulta ainda melhor: é permitido utilizar o resultado de uma boa regulação sobre dado objectivo para o tiro sobre outros situados em redor do primeiro, sempre que não mude o lote de polvora e que a nova distância do objectivo seja compreendida entre os  $\frac{3}{4}$  e os  $\frac{5}{4}$  da primeira.

Nestas condições, a experiência demonstra o efeito, que a distância corrigida fica sempre proporcional à distância topographica, isto é, o coefficiente

$$K^{\circ} = \frac{D'}{A}$$

é constante.

Então, para um objectivo de distância topographica A, teremos logo como distância corrigida

$$D' = K^{\circ} \times A,$$

Poderemos, assim, com um simples traçado de tiro, bater, sem regulação previa, todos os objectivos que se apresentem nos arredores do ponto de regulação.

Por extensão a este processo tão vantajoso as baterias encarregadas de bater uma certa distância quando chegam a sua posição, executam logo a dispõem de tempo e salvo ordem contraria, regulações preparatórias necessárias sobre todo a zona, de maneira a ficarem, com estas regulações uma vez corrigidas, em condições de poderem tomar sob seu fogo qualquer outro objectivo que se mostre, applicando o coefficiente Kº do ponto de regulação mais aproximado da distância topographica do objectivo e corrigindo-a também dos efeitos das condições aérologicas e balísticas do momento.

Podem, também, executar tiros de conciliação bastante exactos sobre pontos determinados sem regulação prévia que poderia chamar a atenção do inimigo sobre nossas intenções respeito dos ditos pontos.

também é que se pôde, quasi em silêncio a 2 ou 3 regulações por bateria, feitas, preparar para uma hora tiros de neutralização ou de demolição das inimigas que, por não haverem sido até essa hora poder-se-iam julgar ignorantes o que se consegue a tão procurada sorte.

As regulações são um pouco velhas e cam para manter a confiança nelas, ou na precisão dos canhões, pois é sabido que a precisão varia com o estado das raias, e também, que considerar a mudança de polvora, inevitável em um dado momento, que exige de modo absoluto quando da que se façam novas regulações.

*testemunha.* — Para haver maior facilidade esta verificação imaginou-se fazê-la instantaneamente, por intermédio de um «alvo teste-

ral com efeito», as regulações preparatórias feitas sobre objectivos reais que tem batidos depois e provavelmente que desaparecerão por sua própria destruição. Não são muitas vezes, dos observatórios terrestres necessários aviões, não só para executar a verificação primitiva, como para fazer as preverificações. De modo que é muito prático, ao fazer esta última operação ou objectivo já tenha desaparecido ou se pretender fazer uso do avião, o que é sempre quando não é necessário.

Se, então, dentro das condições das acima referidas, um ponto do terreno visível dos observatórios terrestres e sobre o objectivo auxiliar, que constituirá precisamente o citado «alvo testemunha» se fará uma verificação completa imediatamente depois de cada uma das regulações de preparação. Se o resultado, como acima se disse, for a distância corrigida de B' conseguida para o dito «alvo testemunha». Se, quando se trata de fazer a verificação, sómente com o auxílio de observações restantes uma regulação sobre este «alvo testemunha», aplicando-se antes a B' as correções devidas às condições do momento, para o tiro.

Quando de achar B' se acha B'' depois de girar o resultado, sendo

$$B'' = B' + E'$$

que adoptar para a nova distância corrigida do primeiro objectivo, o valor

$$D'' = D' + E'' \times \frac{D'}{B'}$$

Este processo foi muito útil durante os primeiros ataques de 1916 e 1917 nos quais regaram até dez dias, afim de se conseguir a destruição completa das poderosas defensas inimigas.

Com efeito, com efeito, abster-se do auxílio do avião quando era necessária a verificação de regulação e que o dito avião não podia vir, por dever atender a outras baterias, quer devido ao mau tempo, e permitiu, também, os urgentes, continuar os tiros de destruição quando faltavam os dados, agravados pelo serviço meteorológico.

Este último caso supõe, o que não é demonstrado, mas é possível de ser admitido a rigor, nestes casos urgentes, que todo o conjunto das correções é proporcional à distância de tiro.

Basta, então, considerar as distâncias dadas pelas regulações sem corrigir-as. Se B, é a nova distância conseguida pela regulação de verificação sobre o «alvo testemunha», tendo-se B, = B + E, teremos para a distância balística do momento do primeiro objectivo.

$$D_1 = D + E \times \frac{D}{B}$$

\* \*

Desculpem-me-eis por me haver estendido um pouco sobre esta questão do tiro indireto, mas assim fiz porque esse processo é o que mais caracterizou o emprego da artilharia na última guerra e porque, além disso, constitui o factor mais importante e mais eficaz na tarefa imensa que foi imposta aos canhões, a tal ponto que, para o futuro emprego, permanecerá como processo de tiro obrigatório e geral para toda espécie de artilharia.

Tenho terminado por hoje.

## Parada de 7 de Setembro

As nossas forças de terra e mar realizaram com brilho a sua clássica homenagem á data da nossa independência.

Da parte do povo houve entusiasmo e interesse pelo sucesso da exposição militar e da parte das tropas houve desejo e esforço para apresentá-la.

Dentre as sociedades de tiro a de n.º 5 revelava um treinamento satisfatório e um desembaraço de tropa veterana.

Da marinha, posto de parte o contingente italiano que nos honrou com sua presença, destacou-se o apreciado *Batalhão Naval*, sempre empolgante pelo seu capricho e pelo efectivo das suas bayonetas.

A Brigada Policial apresentou-se com uma aparência uniforme, cadencia viva e energética, vistoso fardamento e forte efectivo; as metralhadoras e a cavalaria destacavam-se no bloco homogêneo e alvo da infantaria miliciana.

Na tropa do Exército a infantaria, com efectivos reduzidos, teve contra si as mesmas faltas que assignamos no ano passado; abusou um pouco do *marcar passo* á espera da *manobra* da musica.

As tropas montadas continuam sacrificadas pela andadura do desfile, o passo. A artilharia especialmente toma um aspecto tão lugubre e monotonio, que cansa os observadores e os impede de apre-

ciar a prova de trabalho quotidiano que aquella simples marcha significa...

O desfile de um dos grupos de canhões foi, além d'isso, prejudicado por culpa dos que lhe iam á frente e que o fizeram parar exactamente entre as bandeirolas.

Da engenharia os pontoneiros definiram-se melhor aos olhos do povo—os seus novos barcos dão idéia mais exacta da função.

A cavallaria apresentou a cavalhada com bom aspecto e os homens mostravam-se seguros e com naturalidade.

Como era preciso que fosse, exactamente como devia ser, sobressaiu a todas as tropas que formaram, e sobressaiu incisivamente, de modo a não deixar duvidas—a Escola Militar. Desde o primeiro até o ultimo elemento de qualquer das armas—apresentaram-se irreprehensíveis.

Na cavallaria os ousados ginetes, dextros e elegantes, de penacho ao vento, despertaram grande entusiasmo e contribuiram para o brilho do sequito presidencial.

A infantaria com um garbo inexcedivel, apresentou seus pelotões como laminas ríjas se deslocando e provocou uma verdadeira ovacão das archibancadas e do publico em geral—foi a força que colheu mais vivo aplauso da multidão.

A artilharia e engenharia igualmente correctas, admiraveis mesmo, revelavam grande capricho; foram menos applaudidas porque o povo estava cansado de festejar a infantaria.

E' certo que, sem distincção de armas a Escola Militar—brilhou—brilhou realmente.

**Labor omnia vincit.**

Estavam escriptas estas leves notas quando sahiram a publico os reparos pelo Sr. General cdte. da 1.<sup>a</sup> D. E. dados ao conhecimento das tropas.

S. Ex. traçou a sua critica, prompta e segura, de um ponto de vista geral, encarando mais a influencia que a conducta de cada unidade de tropa, como um élo da cadeia, exerce sobre a impressão do conjunto. Esta é realmente a que mais deve preocupar em exhibições de semelhante natureza. Os detalhes que a asseguram implicam a perfeição da conducta individual de cada fracção de tropa, só perceptivel aos entendidos.

Ao contentamento geral causado pelo grande exito da parada deve-se juntar, para os militares, o que resulta deste exemplo dado pelo Sr. General cdte. das tropas de não ter deixado desbandar a formatura sem tirar-lhe ensinamentos para que de futuro tal prova corra melhor ainda.

## Os amplificadores e as communicações militares

Os amplificadores, ou, antes, as lampadas tres electrodos constituem uma verdadeira maravilha em relação á solução do problema de communicações militares.

Ellas permitem:

1.<sup>o</sup> — Emitir signaes radiotelegraphicos fazer a telegraphia pelo solo (T. P. S.).

2.<sup>o</sup> — Emitir a palavra articulada (radiotelephonia e telephonia pelo sólo — T. P. S.).

3.<sup>o</sup> — Receber signaes radiotelegraphicos pelo sólo — T. P. S.

4.<sup>o</sup> — Receber a palavra articulada (radiotelephonia e telephonia pelo sólo — T. P. S.).

5.<sup>o</sup> — Amplificar quaisquer signaes telegraphicos ou a palavra articulada, sendo esta a propriedade que permite empregal-a como apetadora de despachos quaisquer emitidos por estações radiographicas, radiotelephonicas, telephonicas e telephonicas communs, assim como fazer a telegraphia e atelephonia pelo solo (T. P. S.), — empregada com tão absoluto sucesso na ultima guerra.

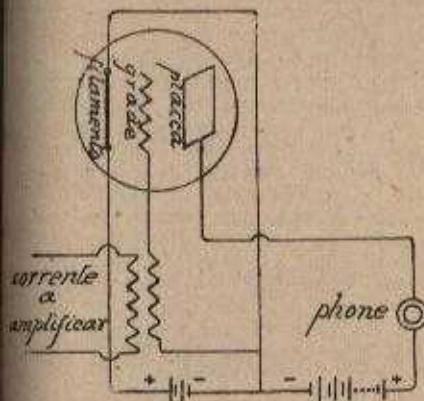
*Ligeiras ideias sobre a sua theoria* — Pe effecto Edison sabe-se que, n'um gaz raro, todo o metal aquecido emite electrons negativos, e que a quantidade destes é rigorosamente proporcional ao aquecimento do metal, dentro de certos limites.

Si pois, dentro de uma lampada de filamento metalico introduzimos, em frente a essa, uma placa de platina, porém, carregada positivamente (pela sua ligação ao positivo de uma fonte electrica, por ex.), esta placa atrahira electrons negativos emitidos pelo filamento aquecido e si ligarmos o negativo da fonte, ao positivo alimenta a placa, ao circuito do filamento, uma corrente estabelecer-se-há entre o filamento e a placa, guardando uma constância absoluta desde que o aquecimento do filamento e o potencial positivo da placa se mantém constantes.

Si puzermos intercallada n'uma antena com a lampada, de forma que as ondas hertzianas (correntes alternativas de alta frequencia) captadas pela antena venham modificar essa constância, comprehende-se, que dar-se-hão variações correspondentes na corrente electronica — filamento-placa —; si tivermos collocado um phone na ligação, sofar-se-á na ruptura do circuito, ao passo que com aquellas variações obtém-se oscillações referida placa, de conformidade com as oscilações da corrente electrotónica occasionadas pela passagem da corrente alternativa oscillatoria, ou é a onda hertziana.

Fleming aproveitou o phenomeno para reber com a sua — valvula — ondas hertzianas mais ou menos amortecidas. Então, sua lampada recebia os signaes, em nota musical ou não, com a altura correspondente ao numero de trens de ondas por segundo, emitidas pela estação transmissora.

um progresso isto, mas o caminho d'este para a perfeição; dahi a evolução mala para a lampada de três electrodos, aperfeiçoada cada vez mais. Concebermos, como vamos abaixo, entre o ponto e a placa, um electrodo mais, a que tem um potencial ligeiramente negativo, ter-



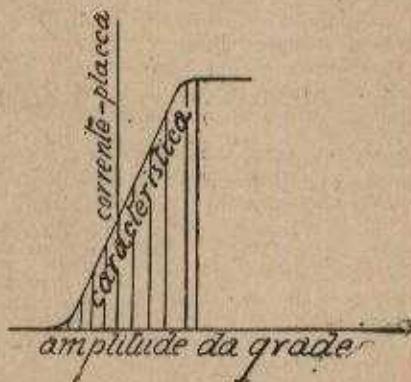
ndo no interior da lampada em zig-zag, em belice, ou ainda em chapa perfurada, tem a grade, formando o conjunto a lampada de três electrodos, maravilhosa, com uma das aplicações, das quais só citei acima principais, encarando apenas o ponto de vista seu a proveitamento para as comunicações de relação.

Consequência desse novo elemento da lampada — a grade — é a seguinte: se ella tem potencial ligeiramente negativo (que lhe é dado sua conexão ao negativo de uma fonte térmica, que pode ser a que alimenta o filamento), quando o filamento estiver aquecido a placa com potencial positivo, a um dado momento corresponde uma dada corrente eléctrica no filamento — placa, menor do que a se daria, se não houvesse interposta, a grade, pois esta sendo ligeiramente negativa, reteria alguns electrons que se dirigiriam para a placa, se não estivesse a grade interposta. Esta grade está no secundário de um transformador, como vemos na figura 1, onde o primário está no circuito que recebe a corrente (forem os convenientes); a grade quando tem potencial ligeiramente negativo), deixando, por isso, passar ao circuito ionizado filamento-placa nenhuma (se o aquecimento do filamento, potencial positivo da placa e o negativo da grade, é facil compreender-se que a variação de amplitude recebida no primário, seja positiva, ora negativa, d'onde a grade é ora positiva, ora negativa (pois que elle responde uma amplitude maior, no secundário que facilita a passagem de electrons do filamento para a placa e, quando negativa, difere).

Assim, concebe-se que a placa vibratil do phone de acordo com as oscilações, dando uma série muito rápida de vibrações, funciona a lampada como um verdadeiro relais sem inércia de peças mecânicas que os communs apresentam, mas sim rigorosamente, obedecendo instantaneamente a qualquer variação de corrente.

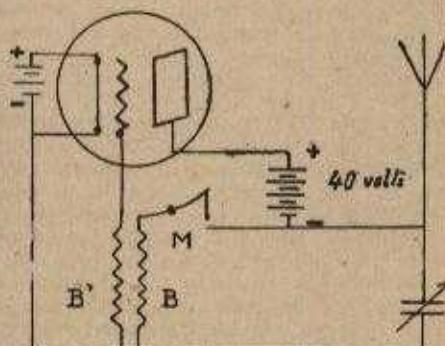
Eis em que consiste a lampada de três electrodos e explicado de um modo geral como funciona ella.

Ella possue uma característica, dada pelas condições de seu fabrico e esta característica é expressa por uma curva da forma abaixo. Si trabalharmos com o aquecimento correspondente às partes de inflexão da característica, a lampada é apenas detectora, pouco ou nada amplificando; si, porém trabalharmos na parte rectilínea da característica, a pequenas variações de amplitude da grade, correspondem grandes variações de corrente no circuito filamento-placa-phone, dando isto lugar à amplificação — revelada pelo phone.



Como vemos, elles podem trabalhar como detectores rectificadores e como amplificadores. A segunda curvatura da característica corresponde à saturação, isto é, quando nada adianta aumentar-se o aquecimento do filamento, em relação à amplificação.

Vejamos agora como pôdem estas lampadas também — emitir — ondas electromagnéticas sustentadas, isto é, sem amortecimento. Basta fazer-se a montagem de seus circuitos da forma abaixo; então, ao fechar-se o circuito da pilha que alimenta a incandescência do filamento,



filamento, começa a emissão contínua de ondas de amplitude sempre iguais, isto é, sustentadas como vamos ver.

Logo que é fechado o circuito do filamento é emitida a primeira oscilação, que percorre a bobina B, que está no circuito da pilha da placa; esta primeira oscilação induz na bobina B' uma corrente que vai modificar o estado eléctrico da grade que (se a polaridade da placa

ca e os enrolamentos das bobinas são os convenientes) deixará passar nova corrente do filamento para a placa que irá substituir a energia desprendida na irradiação precedente pela antena, repetindo-se isto enquanto estiver a lampada com seu filamento incandescente, gerando-se assim as ondas sustentadas, de comprimento proporcional aos característicos dos circuitos oscilantes e irradiador da antena, onde a lampada trabalha.

Para telegraphar, não se tem mais que, em *M*, colocar um manipulador e darem-se os fechamentos curtos e longos de circuitos para termos os pontos e traços do alfabeto Morse, em ondas sustentadas.

Para telefonar, com esse mesmo dispositivo *B*, meter em derivação com algumas espiras desse *B*, meter em derivação com algumas esferas desse fallar-se, para que a estação que dispuser tais fallar-se, para que a estação que dispuser de montagem de lampadas, e circuitos syntonsados, pelo menos a 2%, e que esteja situada até 40 km., mais ou menos, receba perfeitamente as palavras articuladas na estação emissora, em frente ao microphone.

As variações de amplitude das ondas emitidas na estação de onde se falla, (por efeito da vibração da voz no microphone, ocasionando variações de correntes derivadas por esse microphone e portanto variações de indução sobre a bobina *B'*, da grade, donde a variação de amplitude da corrente filamento-placa e da onda emitida pela antena irradiadora), bastam para, na estação receptora, fazer com que a placa vibratil do phone vibre com maior ou menos amplitude, donde reproduza aquellas variações de amplitude, reproduzindo, portanto, a voz.

O mesmo não se dá quanto à telegraphia, quando se applicam estas ondas sustentadas para emitir, em relação à facilidade da recepção; como vamos ver, a montagem para serem recebidos signaes telegraphicos por ondas sustentadas é mais complicado.

Com efeito, as ondas sustentadas emitidas pela estação emissora, quando fechamos o circuito da pilha da placa para enviar um ponto «Morse», por ex., tendo sempre a mesma amplitude, o mais que farão, ao chegarem na estação receptora, pela sua alta frequencia e pela inercia da placa vibratil do phone, é manterem esta n'uma posição intermediaria entre as posições que a placa tenha nas ligações e nas rupturas da série de pequenas correntes, sempre do mesmo sentido, em que fica transformada a corrente de alta frequencia, rectificada no circuito de recepção filamento-placa-phone —, nada se conseguindo portanto perceber no ouvido.

Para se contornar esta dificuldade foi que surgiu o metodo de recepção que constitue a heterodynia — que pode ser obtida por meio mecanico (tickers), ou electricamente, com essa mesmas lampadas de tres electrodos.

Por este processo de recepção, consegue-se cortar o trem contínuo de ondas sustentadas, em um certo numero de trens por segundo que seja compativel com a nossa faculdade de ouvir, isto é, que não forme numero de vibrações por segundo, superior ao que em nosso ouvido é recebido como som.

Para isto monta-se junto á estação que está recebendo ondas sustentadas, continuas, um dispositivo emissor de ondas, tambem sustentadas,

chamado — heterodyne —, que tem a montagem do schema da fig. n.º 3, em que a antena, porém é substituida por uma self valve, para obter-se uma gama musical, a vez tade, na estação que recebe.

Por esta forma, si estivermos recebendo ondas sustentadas de um certo periodo, não somos mais que emittir, com o nosso appareil heterodyne, ondas tambem sustentadas de periodo um pouco menor que as que estão sendo recebidas, pois, então, a interferencia que se desloca entre as ondas recebidas e as emitidas pelo nosso pequeno posto heterodyne, tem resultado, produzir-se um phénomeno correspondente ao que em acustica é conhecido pelo nome de — batimentos —, repetindo-se o batimento em periodos de tempo iguais à diferença entre os comprimentos das duas ondas que trará como consequencia podermos dar altura que quizermos á nota musical produzida no phone de recepção, pelo numero de vibrações por segundi, ou aqui, pelo numero de batimentos por segundo, pois nós podemos, variando a self, ou o condensador de nossa montagem oscillatoria, emissora, local, escutar o comprimento de onda emitida localmente, a interferindo com a recebida, (do correspondente de quem recebemos), vai dar a nota desejada em batimentos por segundo e portanto, vibrações por segundo, na placa vibratil do phone.

Assim, até podermos aproveitar esta facilidade de escolher a nota musical a receber por com um monotelephone, isto é, um phone ou placa vibratil em resonancia com a onda que escolheu para receber, por batimentos, só da nossa estação, ou antes, nosso phone citado praticamente, por signaes vindos de outra estação, com exclusão absoluta de outras qualidades atmosphericas, etc.

Vimos pois, as tres formas mais comuns ser utilizada essa lampada, isto é, como detector, como amplificador e como emissor de ondas.

Conhecendo eu o quanto de suas propriedades tirou-se partido na ultima guerra, para a telegraphia, para a telephonia, sob todas as suas formas, para a telemecanica sem fios, como a impressão dos signaes radiotelegraphicos em apparelho «Morse» commun, a direccão do metpedo e aeroplanos por ondas hertzianas, encetei experiencias praticas, fóra do laboratorio, já com essas lampadas no Arsenal de Guernsey, penso poder afirmar que só precisamos, agora, importar essas lampadas para fabricarmos os nossos apparelhos de campanha que fazem as mesmas, pois elas não oferecem nenhuns segredos para nós, sendo sua montagem muito simples.

Realmente, com os nossos apparelhos telephonicos fabricados por nós no Arsenal, tivemos obtido a telephonia e a telegraphia sem fios, para pequena distancia, assim como a telephonia e a telegraphia pelo solo, adaptando-se aos numerosas maravilhosas lampadas de tres electrodos, parecendo isto indicar-nos que devemos uns apropiar desse meio superior de comunicações de relações para ligar postos avançados, fortes e fortes, todas as tropas dentro de uma Divisão de Exercito, o posto de observação ás baterias de fogo, ás patrulhas de vanguarda independente aos centros de informa-

e ao grosso, os aviões aos quarteis gerais, etc., pois o facto de serem as ondas sentada, permitem uma syntonia tão apertada, diferenças de 2% de comprimento de onda fazem que as estações não se perturbam, podendo-se tirar partido disto para fazer o que na guerra europeia se fez, isto é, mar verdadeiras rédes de radios para cada grupo de unidades que devemos estar ligadas ao radio, rédes estas caracterizadas pelo comprimento de onda com que o grupo trabalha; França, por ex., tinha uma réde para aeroplano, uma para o serviço radiogoniometrico principalmente para localizar os Q. G. inimigos, etc., cada uma trabalhando com sua onda, formas a não se perturbarem. Vamos esse bello exemplo:

20 de Julho de 1920.

Cap. Flávio Queiroz do Nascimento

## O R. E. I. francez de 1920

### RELATORIO AO MINISTRO

*considerações geraes.* — Mais uma vez a guerra mostrou que, em ultima analyse, a vitória pertence ao adversário mais duro, mais zeloso, ao que mantém até o fim o moral mais elevado.

Mostrou, igualmente, que esta vontade de vencer é indispensável ao éxito, não determinaria, nulo, a vitória, sem apoiar-se num material considerável e aperfeiçoado quanto o perigo, a mobilização total dos recursos do país, tal sua importância que, no decurso da campanha, cada belligerante se esforçará constantemente por garantir-se as vantagens de um material superior ao do adversário.

Não a espera, após cada batalha, a longa pausa durante a qual — à retaguarda dos exercitos que se apalpavam e de contínuo melhoravam suas posições — toda a nação, num avido esforço, criava ou aperfeiçoava o material com que tentado um novo esforço.

Assim, de facto, o curso de uma guerra se realizava por tão formidável desenvolvimento das armas já conhecidas, nem por tão conveniente sobrevir de meios apenas suspeitados. Tornou-se, consequentemente, que os processos de combate, modificáveis em virtude dos progressos do armamento, foram sujeitos a uma constante evolução.

Entretanto, se os métodos táticos variavam sempre, a missão da infantaria no campo de batalha ficou sempre a mesma: conquistar o terreno e conservá-lo.

A experiência da guerra provou claramente que, para desempenhar essa missão, a infantaria não pode combater sózinha e que, para assegurar o rendimento máximo do material, lhe era indispensável o apoio das outras armas.

Entretanto, ainda serão precisos muitos anos de estudos para descobrir-se e esclarecer definitivamente todas as lições da guerra. Mas as inspeções que o grande Quartel General elaborou para as operações, inspirando-se nos novos métodos que se produziam, extractaram os elementos que elas comportavam, assegurando a evolução racional dos nossos métodos táticos.

Desses documentos, os últimos constituem, pois, com razão, as bases do novo regulamento, de evidente necessidade.

Por outra parte, num exercito que deve o que tem de melhor às lições masculas e às belas tradições dos seus antepassados, não ha-de termer inspirar-se nos textos que o formaram.

A este propósito merece especial menção o Regulamento de 12 de Junho de 1875. Redigiram-no officiaes que voltavam da guerra sendo muito para notar ver-lhe inscripto, à frente dos principios geraes que apresenta como verdadeiros axiomas, a *importância preponderante do fogo como meio de ação*.

Essa verdade, que impressionará a Comissão de 1875, de tal modo a tomá-la como ponto de partida de todas as suas deduções — confirmou a brilhantíssimamente a experiência da ultima guerra.

Os regulamentos que se seguiram ao de 1875 — por isso mesmo que as reminiscencias da guerra se apagavam e se exercia cada vez mais a influencia artificial das experiências de polígono e das manobras sem tiro real — não lhe deram, a essa verdade, o lugar predominante em que convém hoje restaurá-la.

Cumpre meditar nesse facto, donde se aproveita esta lição: que ha sérias razões para admitir que os regulamentos oriundos da guerra são muito próximos da realidade. Importa, como consequencia, só modificá-los na medida em que o autorise a constante preocupação de inspirar o mais estreitamente nos ensinamentos que um estudo aprofundado da guerra permitirá pouco a pouco desvendar.

Sob tal fundamento, o novo Regulamento, que se esforça, quanto é agora possível, em compensar os ensinos da campanha, não deve ser modificado senão debaixo da mais advertida atenção.

*Importância preponderante do fogo.* — De ora em diante o fogo deve retomar toda a importância que lhe haviam atribuído, como meio de ação, aquelles que serviram a guerra de 1870. Após a enumeração dos dois elementos, cuja combinação constitui a manobra elementar da infantaria — o fogo e o movimento, convém ajuntar, com o Regulamento de 1875 — que «a ação do fogo é preponderante».

Não é mais apenas «qualquer ataque em formação densa» que «o poder do armamento actual impossibilita em terreno deserto» (1); mas qualquer progressão, mesmo em formação muito tenue, se o terreno puder ser efficazmente batido. Tornou-se tal o poder do fogo da infantaria, que nenhum terreno, ainda quando vasto de defensores, pode mais ser atravessado, sem grandes perdas, enquanto subsistirem grupos de combate, usando as suas armas e dispostos a defender-se com energia.

Para que o movimento seja possível em semelhante terreno, ha-de o defensor ser mantido sob fogos de destruição ou neutralização de um tal poder, que permittam à infantaria do ataque que acercar-se do defensor antes de lhe ser possível utilizar com efficiencia seu armamento.

Fala-se dos fogos de artilharia, da propria infantaria, dos seus engenhos de acompanhamento, ou dos seus carros blindados — meios

(1) Serviço em campanha de 2 de Dez. de 1913, art. 97.

por via de cujo emprego, parcial ou conjunto, se buscará, numa dosagem a resolver em cada caso particular, destruir ou neutralizar o inimigo.

Admitte-se, porém, que uma tropa não se moverá ás vistas do adversário, enquanto elle se mantiver dono do seu fogo.

Uma progressão fracamente apoiada e, com bem mais razão, sem o apoio da artilharia, só poderá tentar-se contra um inimigo em condições de inferioridade, moral ou numérica, muito claras; e terá então de effectuar-se por grupos ou fracções, de força variável consoante o caso, que procedam por infiltração, utilizando, no maximo, os caminhos favoráveis e reduzindo sucessivamente as ilhotas de resistencia.

*Só o movimento é factor decisivo.* — Con-sagrar de qualquer modo o fogo em detrimento do movimento, seria exagerar as consequencias do principio de sua preponderancia, porque são inseparaveis esses dous factores da manobra.

Se o fogo deve ser levado ao seu maximo de poder e violencia, é para tornar possivel a marcha para a frente. Só o avanço permite a conquista do terrano e a reducção do inimigo — penhores certos do exito e objecto definitivo para o qual devem volver-se incessantemente os esforços de todos.

A marcha para a frente deve realizar-se des-de que o fogo a permitta com pequenas perdas, sem esperar-se a destruição completa ou a neutralização absoluta dos órgãos da defesa, mesmo porque a certeza de o já ter conseguido integralmente nunca é possível, qualquer que seja o poder dos meios postos em accão.

Animado de um espirito offensivo sempre alerta, constantemente prestes a empenharem-se e a partir a fundo desde que um exame bem fundado da situação lhes revele a possibilidade, a infantaria e os seus órgãos de acompanhamento não se deixarão nunca deter pelo terror de algumas perdas, cuja evitação integral será sempre chimerica.

Taes as idéias que devem agora presidir á organisação e á tactica das unidades de infantaria.

(Continua)

## Remonta

Os caracteres e qualidades do equino para os serviços do exercito não são facilmente apreciaveis permittindo julgamento definitivo por um juiz. Não nos consta, mesmo, que exista em qualquer parte do mundo um schema ou padrão onde se achem enquadradas tantas e tão subtils probriedades. Nem por isso, certamente, deve ser proscripta semelhante cogitação entre as multiplas particularidades a serem encaradas e esboçadas, com a possivel nitidez, na pesquisa constante dos mais essenciaes atributos do cavalo de guerra.

Para a orientação desse desideratum, ainda conviria a constituição do Conselho Director de Remontas, anteriormente re-

ferido, cujo presidente deve ser o Inspector Geral de Remontas, funcionando com caracter de permanencia. Este CONSELHO pôde ficar cumbido tambem de organizar os cursos hippicos e de remonta, fixando com precisão, as condições a que deve satisfazer os animaes apresentados (que são as do cavallo para o exercito).

Quanto á época das compras, paremos que devem ser efectuadas no outono. Em cada circunscripção de remonta, seja nas zonas de produção e criação, seja nas sédes dos DEPOSITOS, serão os animaes apresentados, mansos e de baixo (manuseados), submettidos ao exame da commissão de compras.

Essas commissões reunir-se-ão a 1º de Fevereiro, nas circunscripções correspondentes, e funcionarão até 30 de Abril. Realizada a compra, o pagamento deve ser efectuado 30 dias depois do recebimento, prazo necessário e suficiente para julgar se os animaes adquiridos sofrem de defeitos ou doenças redhibitorias.

Nessa occasião, os potros e poticas, com 4 annos completos, serão imediatamente recolhidos aos DEPOSITOS no tempo mais conveniente (fim de outono) para serem amansados e iniciarem o tratamento intelligent: pensamento, rageamento intensivo, treinamento, etc. Como medida de economia, limitamo-nos sim o tempo de permanencia nos DEPOSITOS a sete mezes (Maio a Novembro), devendo a entrega dos animaes ser feita aos corpos em Dezembro do anno da compra, portanto com 5 annos completos.

Durante o periodo que os animaes nesse passarem receberão alimentação intensiva, com a gymnastica relativa e pensamento imprescindiveis. Nos DEPOSITOS, cujo efectivo em animaes não deve exceder de 500, para não dificultar demasiadamente os serviços, haverá uma turma permanente de domadores escolhidos podendo ser de praças engajadas sujeitos ao regimen militar.

Se os animaes forem comprados 3 annos, para permanecerem 2 nos DEPOSITOS, sobre-carregaremos muito despesas, sem palpaveis vantagens.

A methodisação da criação e a ciencia da producção nacional, como a PRESCINDIVEL GARANTIA DE MERCADO, e, sobretudo, as exigencias de defesa nacional, impõe, OBRIGATORIAMENTE, que, em tempo de paz, os

es necessários ao exercito sejam comidos só no paiz.

Todos os reproductores — machos e fêmeas — pertencentes ao M. da G., M. A. ou a particulares, submettidos ao voto do Conselho de Remontas, uma vez aprovados, serão registrados em livro especial do referido Conselho e dos DEPOSITOS da circunscrição correspondente.

O M. da G. só comprará animais machos desses reproductores e, para isso, as produções devem ser igualmente criptas (registradas) dentro de dois meses após o nascimento. Também é essencial manter em dia a estatística da população equina, descremados os nomes dos criadores.

O funcionamento regular do processo proposto, só é viável seis anos após a data da sua promulgação. Depois deste tempo, nenhum animal poderá ser adquirido para o exercito preferindo os que estiverem registrados e satisfaçam as devidas condições.

Major *Pedroso de A. Brasil*

## Le revers de 1914 et ses causes

É um livro impressionante onde o seu autor, Coronel de Thomasson, se revela um homem de espírito — desenvolvendo-se especialmente dois aspectos que o orgulham: boa fé e imparcialidade. A leitura desse livro é um ensinamento muito útil para nós, especialmente para nossos políticos e administradores. Somos feitos para poder colher a experiência de um povo semelhante ao nosso (pelo menos nas camadas superiores) e mais felizes seremos si das consciências observadas tirarmos ensinamentos que levem a persistência em erros também semelhantes.

Para dar uma idéia do «Le revers de 1914 et ses causes» traduziremos o preambulo e o primeiro capítulo da primeira parte, «O Ministro da Guerra», de uma eloquência irrecusável:

Na louvável intenção de tornar patente uma questão, alias bem evidente, e que dispensa demonstrações, a nossa imprensa não cessou de dizer, no decurso de quatro anos de guerra, que a Alemanha nos surprehendeu em pleno tempo de paz perpetua, obrigando-nos a uma guerra a qual não nos havíamos preparado. Tanto ler essas tolices a multidão acabou de dar-lhes crédito. A verdade, entretanto, é que desde 1871, a França fez, para se proteger contra a potencia de rapinagem que era a Alemanha, todo o esforço humanamente possível, o seu detestável régimen político, por um estado social inquietador. E si ha de surprehendente, não será que em o nosso organismo militar tenha apresentado todos os pontos fracos que vou enumerar, muito ao contrario, que, depois de meio século de odios de classes, atiçados por polêmicas de pudor, tenhamos podido alinhar um

exercito que se revelou superior a todos os exercitos da Europa, excepto o alemão. Durante o terrível progresso dos armamentos que assignalou o fim do século XIX e o começo do século XX, não estivemos distanciados tanto — e pouco — de um único paiz, ao qual uma estrutura social muito solida, o genio de organização e uma população quasi dupla da nossa proporcionavam vantagens formidaveis. O resultado que obtivemos, para honra de nossa raça, era tão impossível que ninguém na Europa o suspeitava. O injusto descredito em que tínhamos cahido foi uma das causas remotas da guerra.

Existe na França um partido cujos tres caracteristicos são o de ser pouco numeroso, honesto e de inteligencia mediana, politicamente falando. Disfarçam-n'o com o nome de «conservadores», ainda que, em verdade, se pergunte o que pôde elle ainda ter a conservar.

Seus representantes no Parlamento, conforme tenham seus assentos um pouco mais ou um pouco menos à direita, não perdem occasião de invectivar coatra a Republica ou simplesmente contra os ministros em exercício. Julgam ter descoberto o segredo de nossas fraquezas e cortar o mal pela raiz, apegando-se á forma de governo ou á maneira mesquinha segundo a qual é elle exercido. Um velho adagio, profundamente verdadeiro, diz, porém, que todo povo tem sempre o governo que merece. É preciso que a trivialidade da sociologia seja tão completamente ignorada, como ainda o é, para que se veja atribuir tanta importancia ao rotulato monarchia ou republica. Assim como um corcunda não faz desaparecer sua corcova pelo facto de vestir uma sobrecasca em vez de um jaquetão, assim também um povo não cura seus males sociais adaptando a forma monarchica. Quando se não sabe do domínio da theoria, pôde-se pretender que esta forma apresente vantagens indiscutíveis sobre a republicana.

Mas tal se daria sob a condição expressa de tratar-se de uma dynastia que tivesse conservado no paiz affeções profundas ou, pelo menos, prestigio. No caso contrario o beneficio da forma monarchia torna-se inteiramente aleatorio.

E' muito mais rasoavel apegar-se ao proprio principio da democracia, tal como é comprehendida entre nós e na maioria dos paizes latinos. Mas é necessário que se evite de tomar aqui o efeito pela causa.

A menos que desprezemos os mais claros ensinamentos da historia, devemos convir que toda nação que atinge uma certa idade chega no estado democratico.

Existe ali um phenomeno social tão fatal como a apparição dos cabellos grisalhos na cabeça de um homem de cinquenta annos e contra o qual seria pueril insurgir-se. Os bons observadores não tinham esperado a derrota dos Alemães e sua revolução de 1918 para constatar que a Alemanha se democratizava. A victoria de 1870 déra-lhe a grande riqueza; ora, a grande riqueza, acarretando a procura apaixonada do bem estar e, concomitantemente a diminuição do sentimento religioso, preludia o advento da democracia.

O impulso democratico é mais ou menos rapido, conforme o temperamento do povo e o desenvolvimento da sua riqueza. Elle foi particularmente violento na França, por causa do nosso caracter naturalmente indisciplinado e de

uma enorme riqueza adquirida. A estas causas convém acrescentar a carencia daquelles que Le Play denominava «otordades mórbes» e a influencia deleteria dos intellectuaes de todos os pollos, que a partir do seculo XVIII tudo fizeram para deschristianizar os pequenos burgueses, os proletarios e os camponezes. Feito este mal immenso, os politicos encontraram o caldo da cultura apropriado para seu crescimento. Supprimindo o frei religioso, os politicos desmoralizados pelas condicões de existencia, ás quaes os cedentou a grande industria, e os camponezes, sedentos de igualdade, tornaram-se sua preza. O paiz estava maduro para a luta de classes e para manejos demagogicos. Como consequencia, a partir de 1848, o regimen democratico latino installou-se definitivamente na França, isto é, o nosso governo tornou-se alternativamente anarchico e cesariano.

Julgar que se remediará o mal mudando a fachada das nossas instituições politicas, equivale a querer curar uma ictericia pintando de carmin o rosto do paciente. A solução só poderá provir de uma reforma moral, da resurreição do espirito christão, da restauração da família, constantemente sacrificada ao individuo pelos nossos legisladores, devendo o conjunto de tudo isto produzir a paz social.

E' por não ter conhecido esta paz social, de 1870 a 1914, que a França entrou tão mal preparada para a guerra exterior. (1)

#### O Ministerio da Guerra

De 1870 a 1914, no espaço de quarenta e tres annos, o ministerio da Guerra mudou *quarenta e uma vezes* de titular. Isto constituirá a vergonha do regimen. Trinta e oito personagens diferentes ahí se sucederam, poucos dos quaes como dignos do cargo. Podemos perguntar si os outros seriam culpados por terem assumido tal cargo ou si eram simplesmente inconscientes. Acreditariam na guerra ou não? Supponho que a maioria delles era bastante intelligente para prever que ella estalaria mais cedo ou mais tarde, mas que estavam ao mesmo tempo persuadidos de que, salvo uma desventura extraordinaria, teriam tempo de ser derrubados antes da hora solemne da mobilisação e que, consequentemente, bem tolos teriam sido, em face de uma eventualidade terrivel, porém muito hypothetica, si não aceitasseem a pasta da Guerra com a mesma indifferéncia com que aceitariam a dos Trabalhos Publicos ou a da Agricultura. A rua Saint-Domingue é uma villegiatura invejável quando ahí se não permanece muito tempo, porque o poder que ahí se exerce é enorme. Quanto á responsabilidade ministerial, que é a base da nossa Constituição, não convém encaral-a pelo seu aspecto tragicó. O peior que poderia acontecer consistia em ser exonerado aps uma ordem

(1) E' bastante divertido ouvir dizer que o resultado da guerra mundial foi o triunpho das democracias e prova a excellencia do seu regimen. Deveríamos, porém, lembrar-nos que foram necessarios mais de quatro annos de guerra e a mais formidavel das collisões para dar cabo da Alemanha, que não tinha a seu lado senão potencias de segunda e terceira ordem; não esquecer que no decurso desta guerra estivemos varias vezes em perigo de morte e que, si a America não tivesse, afinal, lançado seu peso formidavel na balanca, os acontecimentos talvez tivessem tomado outro rumo.

do dia desfavoravel, e a regra do jogo consistia em mostrar-se o successor sempre cheio de indulgencia para com aquelle que o precedeu na carreira. Assim se explica que, salvo muito raras excepções, uma mentalidade de touristes tenha sido a dos ministros de quem as leis e os regulamentos militares faziam os chefes do exercito.

Esta observação é tão verdadeira para os generaes como para os civis que foram ministros da Guerra. De resto os primeiros, sobretudo nos quinze annos que precederam a guerra, se brillaram. Escolhidos na sua maioria entre officiaes generaes de segunda ordem, levados a exercer o poder por amizades politicas, mostravam-se ainda mais doces ás injuncções dos partidos de extrema esquerda do que os ministros civis pertencentes ao Parlamento, chefes de grupos parlamentares, e por isso mesmo possuidores de certa autoridade sobre os seus collegas.

Este estado de espirito explica a pouca resistencia que o ministro oppunha, seja ás exigencias dos parlamentares, seja aos pedidos imperativos de seu collega das Finanças, justificando a compressão do orçamento da Guerra.

Estes pedidos, nos annos que precederam a guerra, tornaram-se cada vez mais instanciosos por causa dos embaraços financeiros em que nos lançaram as nossas experiencias sociais por causa do vento de antimilitarismo que se praga no paiz.

Faremos justiça, dizendo que a impotencia dum ministro muitas vezes incompetente, sempre ephemero, era ainda acrecida pela deploravel organisação da Administração Central. Enquanto o ministro da Guerra sempre não tinha sinão quatro subordinados imediatos, o nosso deveria dirigir quatorze orgaos diferentes e independentes uns dos outros. Administração Central apparecia, assim, como um monstro de quatorze cabeças, cada qual trabalhando por sua conta e cujos esforços o ministro era incapaz de coodernar. Nesta organisação cahótica residia a verdadeira causa das discordancias, das lentidões da execucao e da abundante papelorio que se assignalava permanentemente, sem jámais remontar á raiz do mal.

Com o intuito de desembaracar-se desta situacao inextricavel, havia o ministro procurado um elemento centralizador para a apresentação do orçamento ás Camaras, e julgou felicemente entrado na Directoria do Contrôle, que se tornou o intermediario entre a sua administracao e o Parlamento e tinha, assim, adquirido uma veradeira preponderancia. Abster-me-ei de falar um corpo em que se acham homens de muito alto valor, mas posso dizer que os erros cometidos na rua Saint-Dominique os afastaram completamente de suas attribuicoes.

Os contadores que, pelos termos da lei de 1882, tinham por missão exercer sua vigilancia sobre o emprego dos fundos postos á sua disposição do ministro, tornaram-se em realidade distribuidores destes fundos, reduzindo as numerosas celulas pedidas pelos serviços e não podendo nunca fazel-o com conhecimento de causa, quanto como não eram a emanacão do comando.

Muitas vezes eram rejeitados creditos de primeira necessidade para a despesa nacional, enquanto eram concedidos outros, pouco justificados. A historia dos nossos orçamentos militares anteriores á guerra é lamentavel.

*Continua*